

ANEXO 1



*Fundo Municipal de Previdência Social dos
Servidores do Município de Paranaíta-MT
CNPJ 03.222.709/0001-20*



Paranaíta - MT, 09 de Março de 2020.

Ofício n.º 012/2020 – **PREVPAR**

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Em resposta ao **Ofício 53/2020/SCEPREVI**, vimos através deste encaminhar em anexo o formulário contendo os documentos e informações conforme solicitado.

Na oportunidade elevamos votos de estima e consideração e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANGÉLICA SCATOLA PEDROSO
Diretora Executiva
PREVPAR

AO
EXMO SR.
EDUARDO BENJOINO FERRAZ
SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DE PREVIDÊNCIA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
CUIABÁ/MT



ANEXO ÚNICO

Exercício base das informações solicitadas: 2019

RPPS: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PARANAÍTA.

Preenchido por: ANGELICA SCATOLA PEDROSO - DIRETORA EXECUTIVA

Contato: EMAIL: PREVPAR.PTA@OUTLOOK.COM TEL: (66) 35631048/996387764

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA

1.1. Lei de estruturação/reestruturação do RPPS:

LEI MUNICIPAL 002/2005

1.2. Natureza jurídica do RPPS:

Autarquia.

1.3. Censo/Recadastramento/Prova de Vida:

Apresentar a data da última realização dos procedimentos.

	CENSO	RECADASTRAMENTO	PROVA DE VIDA
DATA	2013	INICIADO EM 2020	INICIADO EM 2020

- Se houver censo realizado nos últimos 5 anos, encaminhar, em anexo, o relatório conclusivo do trabalho realizado.

1.4. Na data de envio do presente relatório, há contribuições previdenciárias do exercício de 2019 pendentes de pagamento?

Não.

Caso a resposta seja SIM, apresentar APENAS as informações referentes ao(s) mês(es) inadimplente(s), conforme a tabela a seguir:

NOME DO ÓRGÃO INDAMPLENTEAO RPPS								
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (RPPS)								
Mês de competência	Tipo (segurados ou patronal)	Base de cálculo	Valor devido (R\$)	Valor pago (R\$)	Data dos pagamentos	Multa / Juros devidos (R\$)	Multa / Juros	Saldo devedor



					(se houver pgto parcial)		pagos (R\$)	(R\$)
Janeiro	Segurados							
Janeiro	Patronal							
Fevereiro	Segurados							
Fevereiro	Patronal							
Março	Segurados							
Março	Patronal							
Abril	Segurados							
Abril	Patronal							
Maio	Segurados							
Maio	Patronal							
Junho	Segurados							
Junho	Patronal							
Julho	Segurados							
Julho	Patronal							
Agosto	Segurados							
Agosto	Patronal							
Setembro	Segurados							
Setembro	Patronal							
Outubro	Segurados							
Outubro	Patronal							
Novembro	Segurados							
Novembro	Patronal							
Dezembro	Segurados							
Dezembro	Patronal							
TOTAL GERAL								

- Caso haja inadimplência de contribuições previdenciárias de 2019 e diante da existência de notificações realizadas pelo gestor do RPPS aos responsáveis pelos Entes inadimplentes, favor encaminhar, como anexo, as referidas notificações.

1.5. Na data de envio do presente relatório, há débitos de contribuições previdenciárias de exercícios anteriores à 2019 pendentes de pagamento e não parcelados?

Não.

- Caso a resposta seja SIM, apresentar APENAS as informações referentes ao(s) mês(es) inadimplente(s), conforme a tabela a seguir:

Débitos ao RPPS de <u>exercícios anteriores e não parcelados</u>			
Órgão devedor	Mês	Exercício	Valor devido (R\$)

1.6. Na data de envio do presente relatório, há prestações de acordos de parcelamentos não pagas no exercício de 2019?

Não.



- Caso a resposta seja SIM, apresentar APENAS as informações referentes ao(s) mês(es) inadimplente(s), conforme a tabela a seguir:

Órgão com parcelamento	Número da Lei do Parcelamento	Montante parcelado	Número da Parcela	Data do pagamento	Valor devido da parcela	Valor pago da parcela (se houver pagamento parcial)	Multa e juros devidos por atraso na parcela	Multa e juros pagos por atraso na parcela

- Encaminhar em anexo o Demonstrativo de Acompanhamento do Acordo de Parcelamento.
- Caso haja inadimplência de parcelamentos em 2019 e diante da existência de notificações realizadas pelo gestor do RPPS aos responsáveis pelos Entes inadimplentes, favor encaminhar, como anexo, as referidas notificações.

1.7. Compensação previdenciária junto ao RGPS:

NÃO HÁ.

Nº do Acordo de Cooperação Técnica junto ao RGPS: Informar.

NOME DO SERVIDOR	CPF DO SERVIDOR	DATA DO REQUERIMENTO JUNTO AO RGPS

1.8. Certificado de Regularidade Previdenciária:

Apresentar as informações relativas ao último CRP.

SITUAÇÃO	TIPO	VIGÊNCIA	IRREGULARIDADES
Regular	Administrativo/Judicial	27/12/2019 - 24/06/2020	

Providências:

No caso de CRP irregular ou judicial, apresentar as providências que estão sendo adotadas para a obtenção do CRP Administrativo.

1.9. Outros aspectos relevantes:

Apresentar as ações, providências, situações e/ou comentários adicionais acerca da gestão administrativa, caso entenda ser necessário.



2. GESTÃO FINANCEIRA

2.1. Política de Investimento:

ÍNDICE UTILIZADO	META ANUAL PREVISTA	RENTABILIDADE BRUTA (COM O ÍNDICE UTILIZADO)
IPCA	10,58%	10,58%

Apresentar os valores brutos (nominais). Exemplo:

Índice utilizado	Meta prevista	Rentabilidade bruta (com o índice utilizado)
IPCA	6% + IPCA	10,58%

2.2. Há comitê de investimentos instituído formalmente por meio de instrumento normativo?

Sim

- Se a resposta for sim, encaminhar, em anexo, o Ato Normativo que nomeou os membros atuais do Comitê de Investimento, referente ao exercício de 2019.

2.3. A maioria dos membros do comitê de investimentos possui certificação organizada por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais?

Sim

- Se a resposta for não, descrever as providências que estão sendo adotadas para a regularização da situação.

2.4. Capitalização de Recursos

A. SALDO DAS APLICAÇÕES NO EXERCÍCIO ANTERIOR (R\$)	B. SALDO FINAL DAS APLICAÇÕES NO EXERCÍCIO EM ANÁLISE (R\$)	VARIAÇÃO % (B-A)/A*100
25.463.770,23	29.800.081,35	17,01%

Manifestação:

Apresentar a avaliação acerca do processo de capitalização de recursos no RPPS.

2.5. Outros aspectos relevantes:

Apresentar as ações, providências, situações e/ou comentários adicionais acerca da gestão financeira, caso entenda ser necessário.



3. Gestão Atuarial

3.1. Houve notificação aos responsáveis para a correção das incompletudes/lacunas/informações em branco da base cadastral dos servidores ativos, após a devolutiva do atuário?

Não houve notificação, houve contato via telefone na qual comunicamos o responsável para que comparecesse junto ao Instituto com os documentos faltantes.

- Se a resposta for sim, encaminhar, em anexo, o documento de notificação.

3.2. Foram adotadas medidas para a correção das incompletudes/lacunas/informações em branco da base cadastral dos aposentados e pensionistas, após a devolutiva do atuário?

Sim

Providências:

Foi realizado contato com o aposentado ou pensionista na qual faltava informações na base cadastral e em seguida foi realizada a atualização cadastral. Em 2020 foi iniciada a atualização cadastral de todos os aposentados e pensionistas.

3.3. Houve alterações na remuneração dos servidores ativos durante o exercício que trouxeram impacto no RPPS?

Não

- Se houver, encaminhar a cópia da lei como anexo.

3.4. Houve estudo de impacto atuarial nos casos de alteração na remuneração

Não/Não houve alteração na remuneração.

- Se houver, encaminhar a cópia do estudo de impacto atuarial.

3.5. Alíquotas de contribuições previdenciárias praticadas durante o exercício:

MÊS DE INÍCIO	ALÍQUOTA DO SERVIDOR	ALÍQUOTA PATRONAL	ALÍQUOTA SUPLEMENTAR	ALÍQUOTA TOTAL
01/01/2019	11%	12,99%	4,47%	17,46%
01/07/2019	11%	13,64%	4,47%	18,11%

- Encaminhar em anexo a lei que aprovou as alíquotas.

3.6. As alíquotas praticadas estão em consonância com qual avaliação atuarial?



2019.

Manifestação:

Apresentar os esclarecimentos e providências adotadas, nos casos em que a alíquota praticada estiver em desacordo com a última avaliação atuarial.

3.7. Qual a forma escolhida para o equacionamento do déficit atuarial?

Contribuição suplementar.

Encaminhar em anexo a última lei do Plano de Amortização do Deficit Atuarial.

3.8. No caso de aporte periódico, prestar as seguintes informações relativas ao exercício de 2019:

APORTES PREVISTOS		APORTES REALIZADOS	
DATA	APORTE (R\$)	DATA	APORTE (R\$)

3.9. No caso de aporte periódico, há conta específica destinada à capitalização dos recursos aportados no RPPS?

Sim/Não

Preencher o quadro a seguir, no caso da existência de aportes periódicos.

CONTA BANCÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO EM ANÁLISE

3.10. Houve estudo de viabilidade financeira, econômica, orçamentária e fiscal do Plano de amortização do Deficit Atuarial, inclusive dos Poderes vinculados ao RPPS, referente ao plano de amortização do déficit atuarial contido na avaliação atuarial realizada em 2019?

Sim

- Se houver, encaminhar em anexo o referido estudo.

Manifestação:

Apresentar os esclarecimentos e providências adotadas no tocante ao estudo de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal do plano de amortização do deficit atuarial.



3.11. Outros aspectos relevantes:

Apresentar as ações, providências, situações e/ou comentários adicionais acerca da gestão atuarial, caso entenda ser necessário.

4. Cumprimento de decisões do TCE-MT

4.1. Providências diante de determinações/recomendações proferidas pelo TCE-MT:

ACÓRDÃO	DETERMINAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS

Houve determinações/recomendações do TCE-MT no sentido de implementar no Instituto métodos de controle da folha de pagamento para evitar pagamentos indevidos. A determinação foi atendida através do Controle de óbitos realizado junto ao Cartório e também a implantação da Prova de Vida Anual.

5. Controle Interno

5.1. Houve recomendações proferidas pela Unidade de Controle Interno ao gestor do RPPS, referentes ao exercício de 2019?

Sim.

Manifestação:

Houve recomendações por parte da UCI para que fosse implantado métodos de controle da folha de pagamento e também a realização do recadastramento. Com o intuito de evitar pagamentos indevidos o RPPS implantou métodos de controle, foi iniciado em Novembro a comunicação mensal por meio de ofício com o Cartório e em Janeiro de 2020 foi iniciada a Prova de Vida Anual e Recadastramento dos Aposentados e Pensionistas e em seguida será realizado também o recadastramento dos servidores Ativos. Houve recomendações também da Unidade de Controle Interno quanto a necessidade de um site próprio do RPPS pois até então havia apenas uma página no site da Prefeitura. A recomendação foi atendida, o site existe e esta passando por adaptações para melhorar o acesso as informações. O instituto procura sempre acatar todas as recomendações da UCI pois elas são sempre no sentido de melhorar e otimizar o andamento das nossas atividades.

É o relatório.

Paranaíta-MT 09/02/2020.

ANGÉLICA SCATOLA PEDROSO
DIRETORA EXECUTIVA
PREVPAR



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Secretaria de Controle Externo de Previdência

Telefone(s): 65 3613-7601 / 3324-4330

E-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

ANEXOS



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

Ente Federativo: Paranaíta UF: MT
CNPJ Principal: 03.239.043/0001-12

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi exigido.



EMITIDO EM 27/12/2019
VÁLIDO ATÉ 24/06/2020

N.º 989885 -
181949



PREFEITURA DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 206/2018.

SUMULA: “DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO PREVPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAÍTA DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Comitê de Investimento do PREVPAR, com os seguintes servidores:

- 1 - ANGELICA SCATOLA PEDROSO
- 2 - ITAGIBA DELA JIUSTINA
- 3 - APARECIDA GLATZ RODRIGUES

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação em lugares de costume, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal 495/2017.

PARANAÍTA-MT, em 13 de Junho de 2018


ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito de Paranaíta/MT

Atestamos que

Itagiba Dela Justina

foi aprovado no Exame de Certificação desenvolvido pela ANBIMA –
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação CPA-10	1ª Certificação 17/11/2017	Última Atualização -	Vencimento* 17/11/2020
------------------------	-------------------------------	-------------------------	---------------------------



Robert van Dijk
Presidente

Documento emitido às 11:43:12 do dia 27/11/2017 (hora e data de Brasília) · Código de Controle:
G9I8-V8F2-L6L6 · Documento válido até 27/11/2018 11:43:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na página da Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação conforme definição do Código de Certificação.

A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na página da certificação.


* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

Atestamos que

Angélica Scatola Pedroso

foi aprovada no Exame de Certificação desenvolvido pela ANBIMA –
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

Certificação CPA-10	1ª Certificação 02/05/2017	Última Atualização -	Vencimento* 02/05/2020
------------------------	-------------------------------	-------------------------	---------------------------



Robert van Dijk
Presidente

Documento emitido às 16:21:33 do dia 08/05/2017 (hora e data de Brasília) · Código de Controle: E4B9-E9R3-X1N6 · Documento válido até 08/05/2018 16:22:00 (1 ano)

A autenticidade deste documento pode ser verificada na função validador do atestado. A publicação dos nomes na página da Certificação da ANBIMA comprova, formalmente, a situação do profissional em relação a sua Certificação conforme definição do Código de Certificação.

A certificação pertence ao profissional e é fundamental que este mantenha os dados cadastrais atualizados na página da certificação.

* A data de vencimento da Certificação respeitará os prazos estabelecidos no Código de Certificação.

DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

***(Plano de Amortização
Déficit Atuarial/2019)***

PARANAÍTA - MT

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.....	3
2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.....	4
3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE	5
3.1 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo</i>	6
3.2 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo</i>	9
4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	12
4.1 - <i>Receita Corrente Líquida - RCL</i>	12
4.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Executivo</i>	13
4.3 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Legislativo</i>	13
5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS	14
5.1 <i>Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas</i>	14
6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE - PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS	17
6.1 - <i>Projeção das Receita e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos</i>	19
7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF	22
7.1 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</i>	22
7.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo</i>	23
7.3 - <i>Viabilidade Financeira e Orçamentária - 26 anos</i>	23

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019.

A Reavaliação Atuarial de 2019 do PREVPAR, demonstrou um Déficit Atuarial de R\$ 36.770.565,87, considerando a compensação Previdenciária.

O artigo 18 da Portaria, estabelece que a Reavaliação Atuarial deverá apresentar plano de amortização para o equacionamento do Déficit Atuarial. Conforme o artigo 19, o plano de amortização somente será **considerado implementado, a partir do seu estabelecimento em lei.**

O artigo 19, § 2º, estabelece que o Plano de Amortização deverá ser acompanhada de **demonstração da viabilidade orçamentária e financeira**, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º. A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

No intuito de atender a legislação, realizamos um Estudo de Viabilidade orçamentária do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019.

2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2019

Para financiamento do Déficit, a página 61 da Reavaliação Atuarial/2019, propôs o seguinte plano de amortização.

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		36.770.565,87					
1	2019	38.349.063,58	(1.578.497,71)	2.170.701,71	592.204,00	4,47%	13.248.411,67
2	2020	39.959.258,79	(1.610.195,21)	2.261.844,84	651.649,62	4,87%	13.380.895,79
3	2021	41.544.553,53	(1.585.294,74)	2.351.578,50	766.283,76	5,67%	13.514.704,74
4	2022	43.072.154,92	(1.527.601,39)	2.438.046,51	910.445,11	6,67%	13.649.851,79
5	2023	44.535.626,36	(1.463.471,44)	2.520.884,51	1.057.413,07	7,67%	13.786.350,31
6	2024	45.928.100,85	(1.392.474,48)	2.599.703,82	1.207.229,34	8,67%	13.924.213,81
7	2025	47.093.181,90	(1.165.081,06)	2.665.651,81	1.500.570,75	10,67%	14.063.455,95
8	2026	48.011.135,05	(917.953,15)	2.717.611,42	1.799.658,27	12,67%	14.204.090,51
9	2027	48.660.951,03	(649.815,98)	2.754.393,45	2.104.577,48	14,67%	14.346.131,42
10	2028	48.866.678,39	(205.727,36)	2.766.038,40	2.560.311,04	17,67%	14.489.592,73
11	2029	48.592.233,36	274.445,03	2.750.503,78	3.024.948,81	20,67%	14.634.488,66
12	2030	47.799.226,67	793.006,70	2.705.616,60	3.498.623,30	23,67%	14.780.833,54
13	2031	46.334.470,39	1.464.756,28	2.622.705,87	4.087.462,15	27,38%	14.928.641,88
14	2032	44.145.547,03	2.188.923,36	2.498.804,55	4.687.727,91	31,09%	15.077.928,30
15	2033	41.775.598,36	2.369.948,68	2.364.656,51	4.734.605,19	31,09%	15.228.707,58
16	2034	39.213.265,95	2.562.332,41	2.219.618,83	4.781.951,24	31,09%	15.380.994,66
17	2035	36.446.504,91	2.766.761,04	2.063.009,71	4.829.770,75	31,09%	15.534.804,60
18	2036	33.462.542,64	2.983.962,27	1.894.106,19	4.878.068,46	31,09%	15.690.152,65
19	2037	30.247.835,10	3.214.707,53	1.712.141,61	4.926.849,14	31,09%	15.847.054,18
20	2038	26.788.020,52	3.459.814,59	1.516.303,05	4.976.117,63	31,09%	16.005.524,72
21	2039	23.067.870,21	3.720.150,31	1.305.728,50	5.025.878,81	31,09%	16.165.579,96
22	2040	19.071.236,56	3.996.633,64	1.079.503,96	5.076.137,60	31,09%	16.327.235,76
23	2041	14.780.997,84	4.290.238,72	836.660,26	5.126.898,98	31,09%	16.490.508,12
24	2042	10.178.999,67	4.601.998,17	576.169,79	5.178.167,96	31,09%	16.655.413,20
25	2043	5.245.993,03	4.933.006,64	296.943,00	5.229.949,64	31,09%	16.821.967,34
26	2044	(38.431,48)	5.284.424,51	(2.175,37)	5.282.249,14	31,09%	16.990.187,01
27	2045	-	-	-	-	-	-
28	2046	-	-	-	-	-	-
29	2047	-	-	-	-	-	-
30	2048	-	-	-	-	-	-
31	2049	-	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-	-

* Custo Suplementar

FONTE: Reavaliação Atuarial/2019 – PREVPAR

3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE

Para averiguação do impacto do Plano de Amortização sobre as contas públicas do Ente Municipal foi solicitado junto ao setor contábil do município, os três últimos Relatórios de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS, mais o relatório do exercício atual.

Com um histórico dos últimos três anos, será possível projetarmos as Receitas Correntes Líquidas e as Despesas de Pessoal e constatar se o Ente Público, discriminado entre seus Poderes e Órgãos serão capazes de suportar o plano de amortização, respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo

MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.494.486,37	0,00
Pessoal Ativo	21.402.533,73	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.091.952,64	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.091.952,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.402.533,73	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.285.287,92	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	21.402.533,73	47,26%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	24.454.055,48	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	23.231.352,70	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	22.008.649,93	48,60%

MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.301.813,25	0,00
Pessoal Ativo	22.056.314,10	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.245.499,15	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.245.499,15	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.056.314,10	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.800.840,87	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	22.056.314,10	41,00%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.052.454,07	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.599.831,37	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.147.208,66	48,60%

MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.377.977,04	0,00
Pessoal Ativo	24.466.579,79	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.911.397,25	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.911.397,25	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.466.579,79	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	58.209.840,54	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	24.466.579,79	42,03%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	31.433.313,89	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	29.861.648,20	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	28.289.982,50	48,60%

3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo

MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2016

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.325.031,98	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.325.031,98	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.285.287,92	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.325.031,98	2,93%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.717.117,28	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.581.261,41	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.445.405,55	5,40%

MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.201.536,16	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.201.536,16	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.800.840,87	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.201.536,16	2,23%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.228.050,45	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.066.647,93	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.905.245,41	5,40%

MUNICÍPIO DE PARANAÍTA - MT
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2018

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.233.779,49	0,00
Pessoal Ativo	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.233.779,49	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	58.209.840,54	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.233.779,49	2,12%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.492.590,43	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.317.960,91	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.143.331,39	5,40%

4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

PODER EXECUTIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	21.402.533,73	45.285.287,92	47,26%
2017	22.056.314,10	53.800.840,87	41,00%
2018	24.466.579,79	58.209.840,54	42,03%

PODER LEGISLATIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF (Poder Legislativo)			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	1.325.031,98	45.285.287,92	2,93%
2017	1.201.536,16	53.800.840,87	2,23%
2018	1.233.779,49	58.209.840,54	2,12%

4.1 – Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente cresceu R\$ 12.924.552,62, equivalente a 28,54%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma receita cresceu R\$ 4.408.999,67, equivalente a 8,20%.

4.2 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Executivo

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 3.064.046,06, equivalente a 14,32%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma despesa cresceu R\$ 2.410.265,69, equivalente a 10,93%.

4.3 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Legislativo

De acordo com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 3 anos, considerando 2018 a 2016, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL diminuiu -R\$ 91.252,49, equivalente a -6,89%.

De um ano para o outro, entre 2017 a 2016, essa mesma despesa cresceu R\$ 32.243,33, equivalente a 2,68%.

5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS

Para verificarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, apresentaremos uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício atual e nos dois anos subsequentes, conforme exige o inciso I, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

5.1 – Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas

O artigo 12 da Lei Complementar 101/2000, também menciona a necessidade de demonstrar a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a projeção.

O artigo 12 da LRF, menciona que as previsões de receita, deverão observar normas técnicas e legais, considerando as alterações na legislação, variação do índice de preços (nesse caso INPC, IPCA, IGP - M ou qualquer outro índice inflacionário), o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Para projetarmos o crescimento da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 utilizaremos o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, por ser o índice oficial do Governo Federal, para mensurar o crescimento da Inflação e por ser utilizado pelo Regime Próprio de Previdência Social de PARANAÍTA - MT, para compor a Meta Atuarial. Além do mais, o artigo 12 da LRF menciona apenas índice inflacionário, não mencionando qual deverá ser utilizado.

Conforme o Boletim Focus, elaborado e emitido pelo Banco Central, com data de 24/05/2019, a projeção para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é de:

Projeção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	
ANO	IPCA (%)
2019	6,50%
2020	7,00%
2021	4,07%
2022	4,00%

Assim, para a Projeção das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e DESPESAS TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo e Legislativo, em 2019, 2020, 2021 e 2022, consideraremos a média de crescimento da Despesa e Receita dos últimos três anos, anteriores ao ano projetado, somado ao desvio padrão do mesmo período. O valor encontrado da DTP e RCL para 2019, 2020, 2021 e 2022, será acrescido do índice inflacionário projetado pelo Banco Central.

Dessa forma, a projeção das Receitas e despesas serão:

1 - PODER EXECUTIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	21.402.533,73	45.285.287,92	47,26%
2017	22.056.314,10	53.800.840,87	41,00%
2018	24.466.579,79	58.209.840,54	42,03%
2019	25.832.173,49	62.837.235,02	41,11%
2020	27.852.335,05	67.197.365,02	41,45%
2021	28.883.331,16	69.979.344,01	41,27%
2022	30.237.672,86	73.082.163,94	41,37%

2 - PODER LEGISLATIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2016	1.325.031,98	45.285.287,92	2,93%
2017	1.201.536,16	53.800.840,87	2,23%
2018	1.233.779,49	58.209.840,54	2,12%
2019	1.403.141,44	62.837.235,02	2,23%
2020	1.484.926,13	67.197.365,02	2,21%
2021	1.563.175,09	69.979.344,01	2,23%
2022	1.626.321,72	73.082.163,94	2,23%

6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para analisarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2019, conforme a legislação citada acima, incluíremos o valor anual dos três primeiros anos do pagamento para amortização do Déficit Atuarial, nas DESPESAS TOTAL COM PESSOAL dos Poderes Executivo e Legislativo. Os valores que serão acrescidos são:

Plano de Amortização do Déficit Atuarial – Reavaliação Atuarial/2019

Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	592.204,00
2020	651.649,62
2021	766.283,76

Plano de Amortização do Déficit Atuarial / Separado por Poder

PODER EXECUTIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	575.786,07
2020	633.583,65
2021	745.039,73

PODER LEGISLATIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2019	16.417,93
2020	18.065,97
2021	21.244,02

1 - PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes						
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2019	25.832.173,49	575.786,07	26.407.959,56	62.837.235,02	41,11%	42,03%
2020	27.852.335,05	633.583,65	28.485.918,70	67.197.365,02	41,45%	42,39%
2021	28.883.331,16	745.039,73	29.628.370,89	69.979.344,01	41,27%	42,34%

* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2019 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

2 - PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes						
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2019	1.403.141,44	16.417,93	1.419.559,38	62.837.235,02	2,23%	2,26%
2020	1.484.926,13	18.065,97	1.502.992,10	67.197.365,02	2,21%	2,24%
2021	1.563.175,09	21.244,02	1.584.419,11	69.979.344,01	2,23%	2,26%

* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2019 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

6.1 – Projeção das Receitas e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos

Para analisarmos o impacto de todo o Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, apresentaremos o impacto sobre a Receita Corrente de Líquida, durante todo o período de amortização do Déficit, nos próximos 26 anos.

O índice utilizado para a Estimativa de crescimento das RECEITAS e DESPESAS a partir de 2022, será o índice utilizado para o ano de 2022.

PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF							
Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Executivo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2018	25.832.173,49	575.786,07	26.407.959,56	62.837.235,02	41,11%	42,03%
2	2019	27.852.335,05	633.583,65	28.485.918,70	67.197.365,02	41,45%	42,39%
3	2020	28.883.331,16	745.039,73	29.628.370,89	69.979.344,01	41,27%	42,34%
4	2021	30.237.672,86	885.204,44	31.122.877,30	73.082.163,94	41,37%	42,59%
5	2022	31.394.926,11	1.028.097,94	32.423.024,05	75.951.353,70	41,34%	42,69%
6	2023	32.686.224,84	1.173.760,78	33.859.985,62	79.030.695,76	41,36%	42,84%
7	2024	33.971.075,11	1.458.969,76	35.430.044,87	82.156.140,56	41,35%	43,13%
8	2025	35.331.037,24	1.749.765,54	37.080.802,79	85.434.424,73	41,35%	43,40%
9	2026	36.731.444,20	2.046.231,34	38.777.675,55	88.825.625,70	41,35%	43,66%
10	2027	38.193.742,89	2.489.330,40	40.683.073,29	92.359.244,16	41,35%	44,05%
11	2028	39.710.880,67	2.941.086,81	42.651.967,48	96.029.182,06	41,35%	44,42%
12	2029	41.289.897,93	3.401.629,41	44.691.527,35	99.846.944,21	41,35%	44,76%
13	2030	42.930.875,25	3.974.143,62	46.905.018,87	103.815.452,03	41,35%	45,18%
14	2031	44.637.473,85	4.557.767,95	49.195.241,79	107.942.193,79	41,35%	45,58%
15	2032	46.411.709,93	4.603.345,62	51.015.055,55	112.232.722,37	41,35%	45,45%
16	2033	48.256.568,39	4.649.379,08	52.905.947,47	116.693.917,75	41,35%	45,34%
17	2034	50.174.709,35	4.695.872,87	54.870.582,22	121.332.380,64	41,35%	45,22%
18	2035	52.169.119,11	4.742.831,60	56.911.950,71	126.155.248,78	41,35%	45,11%
19	2036	54.242.792,79	4.790.259,92	59.033.052,71	131.169.806,64	41,35%	45,01%
20	2037	56.398.899,27	4.838.162,52	61.237.061,78	136.383.696,39	41,35%	44,90%
21	2038	58.640.706,11	4.886.544,14	63.527.250,25	141.804.830,04	41,35%	44,80%
22	2039	60.971.624,35	4.935.409,58	65.907.033,94	147.441.450,96	41,35%	44,70%
23	2040	63.395.193,85	4.984.763,68	68.379.957,53	153.302.121,80	41,35%	44,60%
24	2041	65.915.098,53	5.034.611,31	70.949.709,84	159.395.749,73	41,35%	44,51%
25	2042	68.535.167,07	5.084.957,43	73.620.124,49	165.731.593,92	41,35%	44,42%
26*	2043	71.259.381,17	5.135.807,00	76.395.188,17	172.319.282,59	41,35%	44,33%
27	2044	74.091.880,41	0,00	74.091.880,41	179.168.826,18	41,35%	41,35%
28	2045	77.036.969,08	0,00	77.036.969,08	186.290.633,27	41,35%	41,35%
29	2046	80.099.122,48	0,00	80.099.122,48	193.695.526,07	41,35%	41,35%
30	2047	83.282.993,87	0,00	83.282.993,87	201.394.757,02	41,35%	41,35%
31	2048	86.593.421,40	0,00	86.593.421,40	209.400.025,78	41,35%	41,35%
32	2049	90.035.435,59	0,00	90.035.435,59	217.723.497,10	41,35%	41,35%
33	2050	93.614.266,89	0,00	93.614.266,89	226.377.819,27	41,35%	41,35%
34	2051	97.335.353,66	0,00	97.335.353,66	235.376.143,32	41,35%	41,35%
35	2052	101.204.350,44	0,00	101.204.350,44	244.732.143,02	41,35%	41,35%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019

PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF

Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Legislativo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2018	1.403.141,44	16.417,93	1.419.559,38	62.837.235,02	2,23%	2,26%
2	2019	1.484.926,13	18.065,97	1.502.992,10	67.197.365,02	2,21%	2,24%
3	2020	1.563.175,09	21.244,02	1.584.419,11	69.979.344,01	2,23%	2,26%
4	2021	1.626.321,72	25.240,67	1.651.562,40	73.082.163,94	2,23%	2,26%
5	2022	1.694.131,99	29.315,13	1.723.447,13	75.951.353,70	2,23%	2,27%
6	2023	1.761.103,30	33.468,56	1.794.571,86	79.030.695,76	2,23%	2,27%
7	2024	1.831.693,31	41.600,99	1.873.294,30	82.156.140,56	2,23%	2,28%
8	2025	1.904.342,05	49.892,73	1.954.234,77	85.434.424,73	2,23%	2,29%
9	2026	1.980.161,45	58.346,14	2.038.507,58	88.825.625,70	2,23%	2,29%
10	2027	2.058.824,19	70.980,64	2.129.804,83	92.359.244,16	2,23%	2,31%
11	2028	2.140.688,85	83.862,00	2.224.550,85	96.029.182,06	2,23%	2,32%
12	2029	2.225.766,94	96.993,89	2.322.760,83	99.846.944,21	2,23%	2,33%
13	2030	2.314.245,98	113.318,53	2.427.564,51	103.815.452,03	2,23%	2,34%
14	2031	2.406.232,10	129.959,96	2.536.192,06	107.942.193,79	2,23%	2,35%
15	2032	2.501.879,40	131.259,56	2.633.138,96	112.232.722,37	2,23%	2,35%
16	2033	2.601.326,16	132.572,16	2.733.898,32	116.693.917,75	2,23%	2,34%
17	2034	2.704.727,04	133.897,88	2.838.624,92	121.332.380,64	2,23%	2,34%
18	2035	2.812.237,42	135.236,86	2.947.474,28	126.155.248,78	2,23%	2,34%
19	2036	2.924.021,55	136.589,23	3.060.610,77	131.169.806,64	2,23%	2,33%
20	2037	3.040.248,85	137.955,12	3.178.203,96	136.383.696,39	2,23%	2,33%
21	2038	3.161.096,15	139.334,67	3.300.430,82	141.804.830,04	2,23%	2,33%
22	2039	3.286.747,00	140.728,02	3.427.475,02	147.441.450,96	2,23%	2,32%
23	2040	3.417.392,38	142.135,30	3.559.527,68	153.302.121,80	2,23%	2,32%
24	2041	3.553.230,79	143.556,65	3.696.787,44	159.395.749,73	2,23%	2,32%
25	2042	3.694.468,67	144.992,22	3.839.460,88	165.731.593,92	2,23%	2,32%
26*	2043	3.841.320,63	146.442,14	3.987.762,76	172.319.282,59	2,23%	2,31%
27	2044	3.994.009,82	0,00	3.994.009,82	179.168.826,18	2,23%	2,23%
28	2045	4.152.768,29	0,00	4.152.768,29	186.290.633,27	2,23%	2,23%
29	2046	4.317.837,26	0,00	4.317.837,26	193.695.526,07	2,23%	2,23%
30	2047	4.489.467,59	0,00	4.489.467,59	201.394.757,02	2,23%	2,23%
31	2048	4.667.920,07	0,00	4.667.920,07	209.400.025,78	2,23%	2,23%
32	2049	4.853.465,89	0,00	4.853.465,89	217.723.497,10	2,23%	2,23%
33	2050	5.046.386,99	0,00	5.046.386,99	226.377.819,27	2,23%	2,23%
34	2051	5.246.976,55	0,00	5.246.976,55	235.376.143,32	2,23%	2,23%
35	2052	5.455.539,36	0,00	5.455.539,36	244.732.143,02	2,23%	2,23%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019

7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF

Baseado nas informações dos últimos 3 anos da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente, projetamos para 2019, uma RCL de R\$ 62.837.235,02. Se o comportamento das Receitas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um redução da RCL de 6,94% em 2020, 4,14% em 2021 e 4,43% em 2022. Assim, a Receita Corrente Líquida do Ente Público será de R\$ 67.197.365,02, R\$ 69.979.344,01 e R\$ 73.082.163,94, respectivamente.

7.1 – Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo, projetamos para 2019, uma DTP de R\$ 25.832.173,49. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 7,82% em 2020, 3,70% em 2021 e 4,69% em 2022. Assim, a DTP do Poder Executivo será de R\$ 27.852.335,05, R\$ 28.883.331,16 e R\$ 30.237.672,86, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2019, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 26.407.959,56 em 2019, R\$ 28.485.918,70 em 2020, R\$ 29.628.370,89 em 2021 e R\$ 31.122.877,30 em 2022.

7.2 – Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo

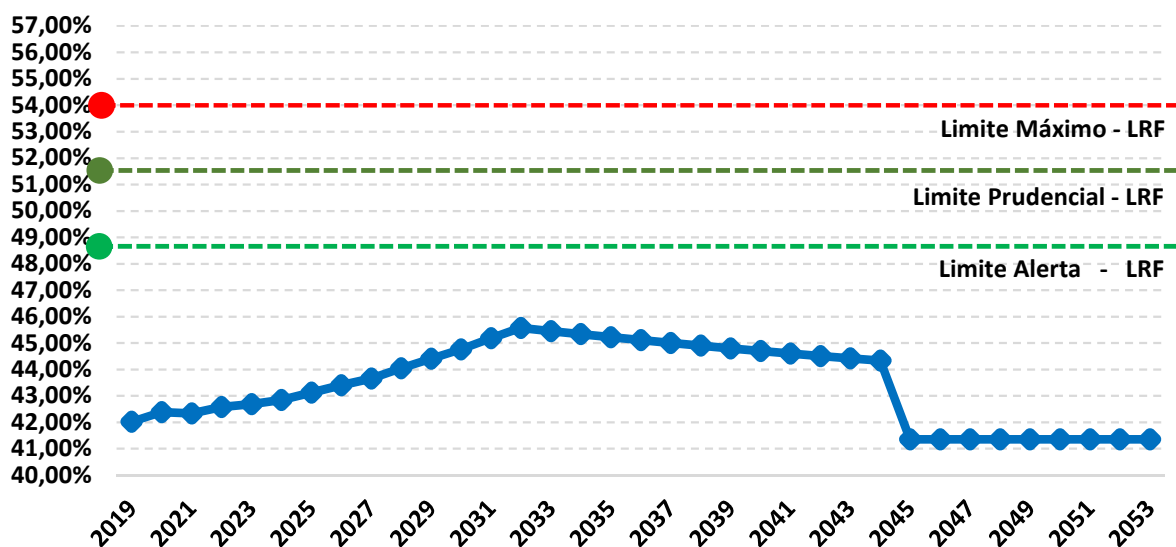
Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Legislativo, projetamos para 2019, uma DTP de R\$ 1.403.141,44. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 5,83% em 2020, 5,27% em 2021 e 4,04% em 2022. Assim, a DTP do Poder Legislativo será de R\$ 1.484.926,13, R\$ 1.563.175,09 e R\$ 1.626.321,72, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2019, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 1.419.559,38 em 2019, R\$ 1.502.992,10 em 2020, R\$ 1.584.419,11 em 2021 e R\$ 1.651.562,40 em 2022.

7.3 – Viabilidade Financeira e Orçamentária - 26 anos

Limite LRF - Poder Executivo

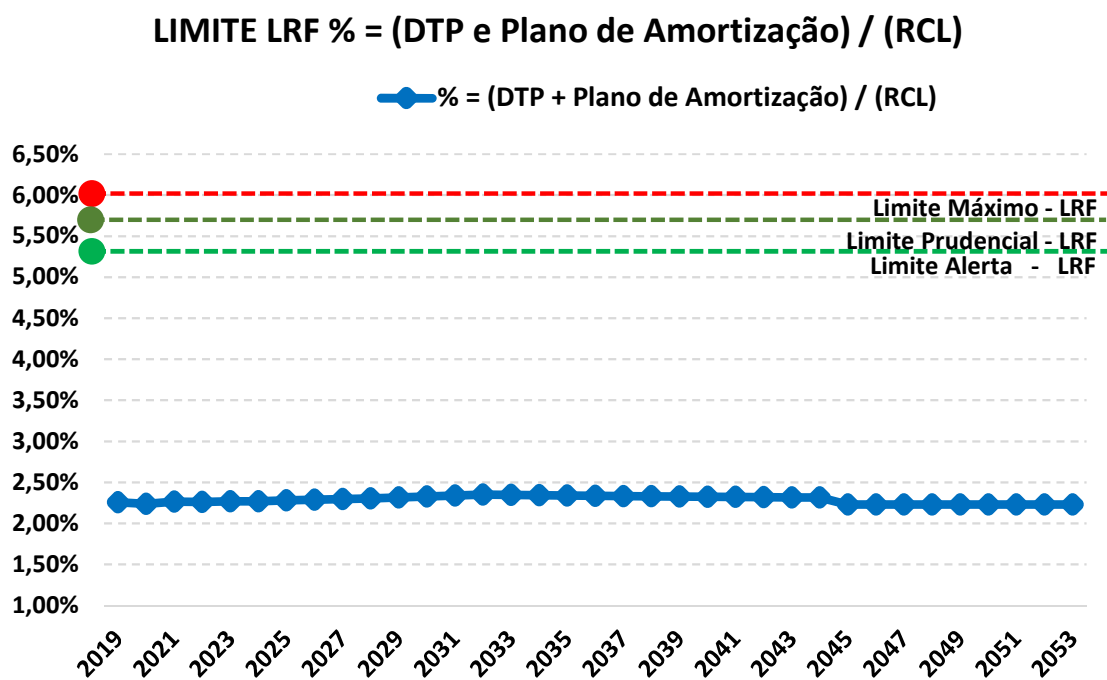
$$\text{LIMITE LRF \%} = (\text{DTP e Plano de Amortização}) / (\text{RCL})$$

$$\text{—●— \%} = (\text{DTP} + \text{Plano de Amortização}) / (\text{RCL})$$



Analisando a tabela ao longo dos próximos 26 anos, prazo de finalização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019, a Receita Corrente Líquida e a Despesa Total com pessoal, acrescida do Plano de Amortização, demonstra que atualmente, o Poder Executivo se encontra abaixo do Limite de Alerta, respeitando o paragrafo 1º, do artigo 59, da Lei Complementar nº 101/2000.

Limite LRF - Poder Legislativo



Analisando a tabela ao longo dos próximos 26 anos, prazo de finalização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2019, a Receita Corrente Líquida e a Despesa Total com pessoal, acrescida do Plano de Amortização, demonstra que atualmente o Poder Legislativo se encontra abaixo do Limite de Alerta, respeitando o paragrafo 1º, do artigo 59, da Lei Complementar nº 101/2000.

Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** do Poder Executivo e Legislativo, acrescida do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2019, mostra que o Ente Público é capaz de suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o parágrafo 1º, do art. 59 da Lei Complementar 101/2000.

É o parecer.



Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA

Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



PREFEITURA DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



LEI MUNICIPAL Nº 1012/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2018 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDAS PELO MUNICÍPIO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 2º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 12,99%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	Custo Suplementar
0	-	33.795.358,57				
1	2018	35.280.184,41	(1.484.825,83)	1.996.991,57	512.165,74	4,07%
2	2019	36.794.781,43	(1.514.597,03)	2.082.723,48	568.126,45	4,47%
3	2020	38.339.803,85	(1.545.022,42)	2.170.177,58	625.155,16	4,87%
4	2021	39.860.955,81	(1.521.151,96)	2.256.280,52	735.128,55	5,67%
5	2022	41.326.778,78	(1.465.822,96)	2.339.251,63	873.428,67	6,67%



PREFEITURA DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



6	2023	42.731.098,96	(1.404.320,19)	2.418.741,45	1.014.421,27	7,67%
7	2024	44.067.329,74	(1.336.230,78)	2.494.377,16	1.158.146,37	8,67%
8	2025	45.185.434,60	(1.118.104,86)	2.557.666,11	1.439.561,25	10,67%
9	2026	46.066.482,75	(881.048,15)	2.607.536,76	1.726.488,61	12,67%
10	2027	46.690.320,53	(623.837,77)	2.642.848,33	2.019.010,56	14,67%
11	2028	46.888.151,74	(197.831,21)	2.654.046,32	2.456.215,11	17,67%
12	2029	46.625.361,27	262.790,47	2.639.171,39	2.901.961,86	20,67%
13	2030	45.865.122,36	760.238,92	2.596.139,00	3.356.377,92	23,67%
14	2031	44.460.477,10	1.404.645,25	2.516.630,78	3.921.276,03	27,38%
15	2032	42.361.141,07	2.099.336,03	2.397.800,44	4.497.136,47	31,09%
16	2033	40.088.175,23	2.272.965,84	2.269.141,99	4.542.107,84	31,09%
17	2034	37.630.685,09	2.457.490,13	2.130.038,78	4.587.528,91	31,09%
18	2035	34.977.117,74	2.653.567,35	1.979.836,85	4.633.404,20	31,09%
19	2036	32.115.222,27	2.861.895,47	1.817.842,77	4.679.738,24	31,09%
20	2037	29.032.007,84	3.083.214,43	1.643.321,20	4.726.535,63	31,09%
21	2038	25.713.699,27	3.318.308,57	1.455.492,41	4.773.800,98	31,09%
22	2039	22.145.689,89	3.568.009,38	1.253.529,62	4.821.538,99	31,09%
23	2040	18.312.491,64	3.833.198,25	1.036.556,13	4.869.754,38	31,09%
24	2041	14.197.682,10	4.114.809,54	803.642,38	4.918.451,93	31,09%
25	2042	9.783.848,39	4.413.833,71	553.802,74	4.967.636,45	31,09%
26	2043	5.052.527,71	4.731.320,68	285.992,13	5.017.312,81	31,09%
27	2044	(15.855,72)	5.068.383,43	(897,49)	5.067.485,94	31,09%
28	2045	-	-	-	-	-
29	2046	-	-	-	-	-
30	2047	-	-	-	-	-
31	2048	-	-	-	-	-
32	2049	-	-	-	-	-
33	2050	-	-	-	-	-
34	2051	-	-	-	-	-
35	2052	-	-	-	-	-

Art. 4º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2018, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 5º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE PARANAÍTA/MT, em 18 de Junho de 2018

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito de Paranaíta/MT



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



LEI MUNICIPAL Nº 1.075/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO ATUARIAL DO ANO DE 2019 E ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDAS PELO MUNICÍPIO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 11,00%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 2º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 13,64%, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	Custo Suplementar
0	-	36.770.565,87				
1	2019	38.349.063,58	(1.578.497,71)	2.170.701,71	592.204,00	4,47%
2	2020	39.959.258,79	(1.610.195,21)	2.261.844,84	651.649,62	4,87%
3	2021	41.544.553,53	(1.585.294,74)	2.351.578,50	766.283,76	5,67%
4	2022	43.072.154,92	(1.527.601,39)	2.438.046,51	910.445,11	6,67%
5	2023	44.535.626,36	(1.463.471,44)	2.520.884,51	1.057.413,07	7,67%
6	2024	45.928.100,85	(1.392.474,48)	2.599.703,82	1.207.229,34	8,67%
7	2025	47.093.181,90	(1.165.081,06)	2.665.651,81	1.500.570,75	10,67%
8	2026	48.011.135,05	(917.953,15)	2.717.611,42	1.799.658,27	12,67%



MUNICÍPIO DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12



9	2027	48.660.951,03	(649.815,98)	2.754.393,45	2.104.577,48	14,67%
10	2028	48.866.678,39	(205.727,36)	2.766.038,40	2.560.311,04	17,67%
11	2029	48.592.233,36	274.445,03	2.750.503,78	3.024.948,81	20,67%
12	2030	47.799.226,67	793.006,70	2.705.616,60	3.498.623,30	23,67%
13	2031	46.334.470,39	1.464.756,28	2.622.705,87	4.087.462,15	27,38%
14	2032	44.145.547,03	2.188.923,36	2.498.804,55	4.687.727,91	31,09%
15	2033	41.775.598,36	2.369.948,68	2.364.656,51	4.734.605,19	31,09%
16	2034	39.213.265,95	2.562.332,41	2.219.618,83	4.781.951,24	31,09%
17	2035	36.446.504,91	2.766.761,04	2.063.009,71	4.829.770,75	31,09%
18	2036	33.462.542,64	2.983.962,27	1.894.106,19	4.878.068,46	31,09%
19	2037	30.247.835,10	3.214.707,53	1.712.141,61	4.926.849,14	31,09%
20	2038	26.788.020,52	3.459.814,59	1.516.303,05	4.976.117,63	31,09%
21	2039	23.067.870,21	3.720.150,31	1.305.728,50	5.025.878,81	31,09%
22	2040	19.071.236,56	3.996.633,64	1.079.503,96	5.076.137,60	31,09%
23	2041	14.780.997,84	4.290.238,72	836.660,26	5.126.898,98	31,09%
24	2042	10.178.999,67	4.601.998,17	576.169,79	5.178.167,96	31,09%
25	2043	5.245.993,03	4.933.006,64	296.943,00	5.229.949,64	31,09%
26	2044	(38.431,48)	5.284.424,51	(2.175,37)	5.282.249,14	31,09%
27	2045	-	-	-	-	-
28	2046	-	-	-	-	-
29	2047	-	-	-	-	-
30	2048	-	-	-	-	-
31	2049	-	-	-	-	-
32	2050	-	-	-	-	-
33	2051	-	-	-	-	-
34	2052	-	-	-	-	-
35	2053	-	-	-	-	-

Art. 4º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2019, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 5º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaíta/MT, em 14 de junho de 2019.

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito de Paranaíta/MT

NOTAS EXPLICATIVAS/2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Os investimentos na carteira das aplicações financeiras foram realizados com avaliação de segurança e liquidez, visando manter o equilíbrio financeiro da Previdência e dentro dos critérios da Resolução do Conselho Monetário nº 3.922/2010, alterada pela da Resolução do Conselho Monetário CMN 4.695/2018.

Encerrando o Exercício com o total das aplicações financeiras de R\$ 29.800.081,35 (Vinte e nove Milhões, oitocentos mil, oitenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Demonstramos a composição da carteira:

Fundos de Investimento em Renda Fixa

- **62,57% em Fundos de Investimentos Referenciado 100% em Títulos Públicos Federais; (permitido ao RPPS aplicar até 100% do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso I, alínea b, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 18.646.733,28, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:**

Fundo de Investimento	Valor Aplicado	(%) RPPS
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITULOS PUBLICOS	R\$ 30.923,93	0,10%
BRADESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 1.492.297,00	5,01%
CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 971.531,10	3,26%
CAIXA FI BRASIL IRF - M RF LP	R\$ 940.216,55	3,16%
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A	R\$ 5.412.455,66	18,16%
CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO	R\$ 5.749.878,48	19,29%
CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF	R\$ 3.907.919,63	13,11%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS	R\$ 141.510,93	0,47%

- **22,29% em Fundos de Investimento referenciados em índices; (permitido ao RPPS aplicar até 60% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso III, alínea a, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 6.641.437,32, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:**

Fundo de Investimento	Valor Aplicado	(%) RPPS
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP	R\$ 2.057.276,35	6,90%
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP	R\$ 4.584.160,97	15,38%

- **15,09% em Fundos de Renda Fixa ou Fundos em indicadores de Renda Fixa; (permitido ao RPPS aplicar até 40% do patrimônio líquido nesse segmento e 20% por cada fundo de investimento do patrimônio líquido, conforme o art. 7, inciso IV, alínea a, da Resolução CMN nº 3.922/10, alterada pela Resolução CMN nº 4.695/2018) representando um total aplicado de R\$ 4.496.181,54, conforme os fundos de investimentos relacionados abaixo:**

Fundo de Investimento	Valor Aplicado	(%) RPPS
SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP	R\$ 1.936.236,31	6,50%
BRADESCO FIC RENDA FIXA IMA-B	R\$ 1.866.953,01	6,26%
FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	R\$ 692.992,22	2,33%

Varição dos Investimentos

Com relação ao exercício anterior, houve um crescimento de 17,01%, equivalente a R\$ 4.328.949,91, sendo R\$ 2.653.404,01 referente a rentabilidade alcançada no exercício e R\$ 1.675.545,90 referente ao saldo da movimentação financeira, podendo ser visualizado no demonstrativo dos investimentos, peça integrante do Balanço.

INVESTIMENTO EM IMOBILIZADO

A carteira de imobilizado tem registrado o valor total de R\$ XXXXXXXX,XX, (XXXXXX Milhões, XXXXXX mil, XXXXXX reais e XXXXXX centavos).

O investimento em imobilizado diminuiu em R\$ XXXXXX,XX (XXXXXX Milhões, XXXXXX mil, XXXXXX reais e XXXXXX centavos), em relação ao exercício anterior, devido o desfazimento de bens, por inservível, como demonstramos no quadro em epígrafe a variação patrimonial no grupo de Imobilizado:

Classificação	Valor R\$ (2.008)	Aquisição (2.009)	Baixa (2.009)	Valor R\$ (2.009)	%
Bens Móveis:	XXXXXXXX,XX		XXXXXXXX,XX	XXXXXXXX,XX	XX,XX
Móveis: Utensílios e equipamentos.	XXXXXXXX,XX		XXXXXXXX,XX	XXXXXXXX,XX	XX,XX
Depreciações	-		-	-	-
Total	XXXXXXXX,XX		XXXXXXXX,XX	XXXXXXXX,XX	XX,XX

Não houve registros de depreciações para móveis, pois a obrigatoriedade do registro foi revogada pela Portaria nº 1317 de 17/09/2003, permanecendo a obrigatoriedade de reavaliação e depreciação aos bens imóveis, o qual será efetuado no exercício seguinte após normatização do processo pelo Conselho Curador.

Paranaíta-MT, 31 de janeiro de 2020.

ANGÉLICA SCATOLA PEDROSO
DIRETOR EXECUTIVO

ITAGIBA DELA JIUSTINA
CONTADOR

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE

PARANAÍTA / MT

RELATÓRIO ANUAL
DE
INVESTIMENTOS
2019

22 de janeiro de 2020

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – RESUMO DO REGULAMENTO DOS INVESTIMENTOS	4
3 – MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS	18
4 – DESEMPENHO (RENTABILIDADE) DOS INVESTIMENTOS	27
4.1 - Rentabilidade Relativa dos Investimentos sobre seu Benchmark	34
5 – ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA E RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010	50
6 – DESEMPENHO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO	55
6.1 - Desempenho MENSAL da carteira de Investimento	55
6.2 - Desempenho ACUMULADO DO ANO da carteira de Investimento	59
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7.1 - Meta Atuarial	62
7.2 - Inflação	63
7.3 - Rentabilidade da Carteira	64
7.4 - ALM - Asset Liability Management	64
7.5 - Conclusão	68

1 - INTRODUÇÃO

A atividade de gestão dos recursos financeiros do PREVPAR é desempenhada por GESTÃO PRÓPRIA, de acordo com o amparo legal previsto no Inciso I, § 1º, do Art. 15 da Resolução CMN 3.922/10.

Art. 15 – A gestão das aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social poderá ser própria, por entidade credenciada ou mista.

§ 1º - Para fins desta resolução, considera-se:

I – gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social. (GRIFO NOSSO).

As movimentações financeiras são disponibilizadas no site do Ministério da Previdência Social de forma bimestral, atendendo o prazo de informação do **DAIR - Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos recursos** dos RPPS para emissão do **CRP – Certidão de Regularidade Previdenciária**.

2 – RESUMO DO REGULAMENTO DOS INVESTIMENTOS

82

INFORMAÇÕES	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS
CNPJ	05.164.356/0001-84
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa
ÍNDICE	CDI
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	kPMG Auditores independentes
DATA DE INÍCIO	10/02/2006
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	1.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	0
RESGATE MÍNIMO	0
SALDO MÍNIMO	0
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	1 - Muito baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	3.186.970.307,05
NÚMERO DE COTISTAS **	376
VALOR DA COTA **	3,952897
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO
CNPJ	03.737.206/0001-97
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Referenciado – DI
ÍNDICE	CDI
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	VITER-Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	Ernst & Young Terco Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	05/07/2006
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	50.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	1.000,00
RESGATE MÍNIMO	1.000,00
SALDO MÍNIMO	1.000,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	4.527.790.510,67
NÚMERO DE COTISTAS **	688
VALOR DA COTA **	3,651222
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a (40% e 20% por fundo)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	CAIXA FIC PRÁTICO CURTO PRAZO
CNPJ	00.834.074/0001-23
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Curto Prazo
ÍNDICE	CDI
PÚBLICO ALVO	Pessoas Jurídicas
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	VITER-Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S
DATA DE INÍCIO	02/10/1995
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	5,00% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	100,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	10,00
RESGATE MÍNIMO	100,00
SALDO MÍNIMO	0,01
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	1 - Muito baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	16.268.018.886,33
NÚMERO DE COTISTAS **	15.497
VALOR DA COTA **	5,974659
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a (40% e 20% por fundo)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF
CNPJ	10.740.670/0001-06
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IRF – M 1
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprios de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	kPMG Auditores independentes
DATA DE INÍCIO	40326
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	1.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	0,00
RESGATE MÍNIMO	0,00
SALDO MÍNIMO	0,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	10.910.469.036,62
NÚMERO DE COTISTAS **	1.361
VALOR DA COTA **	2,52146
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO
CNPJ	11.060.913/0001-10
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IMA – B 5
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprios de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	kPMG Auditores independentes
DATA DE INÍCIO	09/07/2010
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	1.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	0,00
RESGATE MÍNIMO	0,00
SALDO MÍNIMO	0,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	9.819.854.122,58
NÚMERO DE COTISTAS **	923
VALOR DA COTA **	2,996681
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A
CNPJ	14.386.926/0001-71
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IDKA 2
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprios de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	kPMG Auditores independentes
DATA DE INÍCIO	16/08/2012
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	1.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	0,00
RESGATE MÍNIMO	0,00
SALDO MÍNIMO	0,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	3 - Médio
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	8.750.821.084,96
NÚMERO DE COTISTAS **	964
VALOR DA COTA **	2,218947
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	CAIXA FI BRASIL IRF - M RF LP
CNPJ	14.508.605/0001-00
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa Índices
ÍNDICE	IRF – M
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprios de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DISTRIBUIDOR	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AUDITOR INDEPENDENTE	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S
DATA DE INÍCIO	16/08/2012
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	1.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	Qualquer valor
RESGATE MÍNIMO	Qualquer valor
SALDO MÍNIMO	Qualquer valor
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	3 - Médio
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	14.821.342.261,54
NÚMERO DE COTISTAS **	443
VALOR DA COTA **	2,212849
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS
CNPJ	10.740.658/0001-93
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IMA – B
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprios de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal
GESTOR	Caixa Econômica Federal
CUSTODIANTE	Caixa Econômica Federal
DISTRIBUIDOR	Caixa Econômica Federal
AUDITOR INDEPENDENTE	kPMG Auditores independentes
DATA DE INÍCIO	40245
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	1.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	0,00
RESGATE MÍNIMO	0,00
SALDO MÍNIMO	0,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	3 - Médio
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	6.698.026.543,95
NÚMERO DE COTISTAS **	949
VALOR DA COTA **	3,482918
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	BRADESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS
CNPJ	11.484.558/0001-06
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa
ÍNDICE	IRF – M 1
PÚBLICO ALVO	Regime Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Banco Bradesco s.a
GESTOR	BRAM - Bradesco Asset Management DTVM
CUSTODIANTE	Bradesco S.A.
DISTRIBUIDOR	Bradesco S.A.
AUDITOR INDEPENDENTE	KPMG Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	02/07/2010
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	50.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	Qualquer valor
RESGATE MÍNIMO	Qualquer valor
SALDO MÍNIMO	Qualquer valor
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+0 (No mesmo dia da solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	739.650.976,36
NÚMERO DE COTISTAS **	259
VALOR DA COTA **	2,4889757
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	BRDESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITULOS PUBLICOS
CNPJ	10.986.880/0001-70
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IMA – B
PÚBLICO ALVO	Regime Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Banco Bradesco s.a
GESTOR	BRAM - Bradesco Asset Management DTVM
CUSTODIANTE	Bradesco S.A.
DISTRIBUIDOR	Bradesco S.A.
AUDITOR INDEPENDENTE	KPMG Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	17/02/2010
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	50.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	Qualquer valor
RESGATE MÍNIMO	Qualquer valor
SALDO MÍNIMO	Qualquer valor
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+1 (No dia seguinte a solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	740.920.894,31
NÚMERO DE COTISTAS **	118
VALOR DA COTA **	3,5354596
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	BRDESCO FIC RENDA FIXA IMA-B
CNPJ	08.702.798/0001-25
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IMA – B
PÚBLICO ALVO	Regime Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Banco Bradesco s.a
GESTOR	BRAM - Bradesco Asset Management DTVM
CUSTODIANTE	Bradesco S.A.
DISTRIBUIDOR	Bradesco S.A.
AUDITOR INDEPENDENTE	KPMG Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	07/01/2008
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	50.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	5.000,00
RESGATE MÍNIMO	Qualquer valor
SALDO MÍNIMO	5.000,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+1 (No dia seguinte a solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	1.900.404.411,61
NÚMERO DE COTISTAS **	115
VALOR DA COTA **	4,8374926
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a (40% e 20% por fundo)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP
CNPJ	07.277.931/0001-80
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa
ÍNDICE	CDI
PÚBLICO ALVO	Público em Geral
ADMINISTRADOR	Banco Cooperativo Sicredi s.a.
GESTOR	Confederação das Cooperativas do Sicredi
CUSTODIANTE	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
DISTRIBUIDOR	Banco Cooperativo Sicredi SA
AUDITOR INDEPENDENTE	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	06/12/2005
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,40% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	20.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	1.000,00
RESGATE MÍNIMO	1.000,00
SALDO MÍNIMO	5.000,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+1 (No dia seguinte a solicitação)
RISCO DE MERCADO *	1 - Muito Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	743.847.268,94
NÚMERO DE COTISTAS **	4.272
VALOR DA COTA **	3,8984874
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a (40% e 20% por fundo)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP
CNPJ	19.196.599/0001-09
SEGMENTO	Renda Fixa
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa índices
ÍNDICE	IRF – M 1
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
GESTOR	Confederação das Cooperativas do Sicredi
CUSTODIANTE	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
DISTRIBUIDOR	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
AUDITOR INDEPENDENTE	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	07/02/2014
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	50.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	5.000,00
RESGATE MÍNIMO	5.000,00
SALDO MÍNIMO	50.000,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+1 (No dia seguinte a solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	299.278.198,37
NÚMERO DE COTISTAS **	321
VALOR DA COTA **	1,7746296
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. Indicadores de RF - Art. 7º, III, a (60% e 20% por fundo)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

INFORMAÇÕES	SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP
CNPJ	13.081.159/0001-20
SEGMENTO	RENDA FIXA
CLASSIFICAÇÃO	Renda Fixa Índices
ÍNDICE	IRF – M
PÚBLICO ALVO	Regimes Próprio de Previdência Social
ADMINISTRADOR	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
GESTOR	Confederação das Cooperativas do Sicredi
CUSTODIANTE	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
DISTRIBUIDOR	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
AUDITOR INDEPENDENTE	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
DATA DE INÍCIO	24/01/2011
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,20% a.a.
TAXA DE PERFORMANCE	Não possui
APLICAÇÃO INICIAL	50.000,00
APLICAÇÕES ADICIONAIS	5.000,00
RESGATE MÍNIMO	5.000,00
SALDO MÍNIMO	50.000,00
CARÊNCIA	Não possui
CRÉDITO DO RESGATE	D+1 (No dia seguinte a solicitação)
RISCO DE MERCADO *	2 - Baixo
TAXA DE ENTRADA	Não possui
TAXA DE SAÍDA	Não possui
PATRIMÔNIO LÍQUIDO **	340.816.037,32
NÚMERO DE COTISTAS **	387
VALOR DA COTA **	2,7883487
ENQUADRAMENTO LEGAL	FI Refer. Indicadores de RF - Art. 7º, III, a (60% e 20% por fundo)

* Definição da própria Instituição financeira

** Informações posicionadas no último dia útil do mês.

3 - MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS *

Apresentamos abaixo, a movimentação financeira dos fundos de investimento aplicados ao longo de 2018. Para sabermos a rentabilidade anual do patrimônio do RPPS, fizemos uma análise de cada aplicação da carteira de investimentos, para obtermos um melhor resultado sobre o comportamento das rentabilidades.

Em alguns meses, a Taxa de retorno apresentada nos quadros, não será a mesma taxa de rentabilidade alcançada pelo fundo de investimento pela Instituição financeira. Isso ocorre, devido à movimentação de aplicação e resgate durante os dias no mês analisado.

Para alcançarmos a taxa de rentabilidade apresentada pelo fundo de investimento é necessário que o capital (principal) fique aplicado desde o início, até o último dia do mês.

A rentabilidade das aplicações é diária, portanto, uma aplicação realizada no 20º dia do mês, não capitalizará o valor da taxa apresentada pelo fundo de investimento no último dia do mês.

* A taxa de retorno apresentada nos TÍTULOS PÚBLICOS é o somatório da rentabilidade da taxa de juros de cada Título (1,021% a.m. por exemplo), mais a variação do valor do papel de cada Título. Como o inciso VIII, do art. 16 da Portaria 402/2008 determina que a contabilização dos Títulos passe a ser pela “CURVA DE MERCADO” e não mais pelo seu “VALOR DE FACE” (valor de compra), o principal sofrerá variação, oferecendo ao investidor uma VALORIZAÇÃO ou DESVALORIZAÇÃO do Título. Nas tabelas e gráficos abaixo, apresentamos a TAXA DE RETORNO desses Títulos, extraído dos juros oferecido pelo papel, mais a sua valorização ou desvalorização. Lembrando que, caso o RPPS venda esses papéis antes da data de seu vencimento, contabilmente, o valor que o RPPS receberá pelo papel, será o valor que estiver marcado “Á MERCADO” e não pelo seu VALOR DE COMPRA (Valor de Face).

MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - RENDA FIXA

FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO						
1	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	541.533,73	-	-	2.864,44	544.398,17	0,526%
FEVEREIRO	544.398,17	114.735,16	-	3.044,92	662.178,25	0%
MARÇO	662.178,25	-	-	3.088,18	665.266,43	0,464%
ABRIL	665.266,43	-	-	3.370,24	668.636,67	0,504%
MAIO	668.636,67	-	-	3.583,38	672.220,05	0,533%
JUNHO	672.220,05	-	-	3.052,51	675.272,56	0,452%
JULHO	675.272,56	-	-	3.716,60	678.989,16	0,547%
AGOSTO	678.989,16	-	-	3.326,97	682.316,13	0,488%
SETEMBRO	682.316,13	-	-	3.043,77	685.359,90	0,444%
OUTUBRO	685.359,90	-	-	3.080,60	688.440,50	0,447%
NOVEMBRO	688.440,50	-	-	2.121,94	690.562,44	0,307%
DEZEMBRO	690.562,44	-	-	2.429,78	692.992,22	0,351%

CAIXA FIC PRÁTICO CURTO PRAZO						
2	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	7.429,78	376.912,32	- 384.366,42	24,32	-	-0,006%
FEVEREIRO	-	-	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-	-	-
SETEMBRO	-	-	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	-	-	-

CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A						
3	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	5.621.389,66	-	-	71.166,34	5.692.556,00	1,250%
FEVEREIRO	5.692.556,00	-	900.000,00	31.031,94	4.823.587,94	0,643%
MARÇO	4.823.587,94	-	-	31.922,34	4.855.510,28	0,657%
ABRIL	4.855.510,28	-	-	51.850,94	4.907.361,22	1,057%
MAIO	4.907.361,22	-	-	52.202,22	4.959.563,44	1,053%
JUNHO	4.959.563,44	-	-	60.452,82	5.020.016,26	1,204%
JULHO	5.020.016,26	-	-	46.054,65	5.066.070,91	0,909%
AGOSTO	5.066.070,91	-	-	5.067,60	5.071.138,51	0,100%
SETEMBRO	5.071.138,51	-	-	72.235,28	5.143.373,79	1,404%
OUTUBRO	5.143.373,79	144.000,00	-	65.658,09	5.353.031,88	1,227%
NOVEMBRO	5.353.031,88	-	-	556,14	5.353.588,02	0,010%
DEZEMBRO	5.353.588,02	-	-	58.867,64	5.412.455,66	1,088%

CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO						
4	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	6.659.755,29	-	-	102.088,02	6.761.843,31	1,510%
FEVEREIRO	6.761.843,31	-	1.900.000,00	33.643,59	4.895.486,90	0,687%
MARÇO	4.895.486,90	-	-	37.423,73	4.932.910,63	0,759%
ABRIL	4.932.910,63	-	-	53.182,25	4.986.092,88	1,067%
MAIO	4.986.092,88	-	-	68.322,98	5.054.415,86	1,352%
JUNHO	5.054.415,86	150.000,00	-	85.837,23	5.290.253,09	1,623%
JULHO	5.290.253,09	-	-	50.108,87	5.340.361,96	0,938%
AGOSTO	5.340.361,96	-	-	1.864,61	5.342.226,57	0,035%
SETEMBRO	5.342.226,57	-	-	91.892,90	5.434.119,47	1,691%
OUTUBRO	5.434.119,47	-	-	89.076,44	5.523.195,91	1,613%
NOVEMBRO	5.523.195,91	-	-	18.603,51	5.504.592,40	-0,338%
DEZEMBRO	5.504.592,40	177.500,00	-	67.786,08	5.749.878,48	1,179%

CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF						
5	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	1.593.424,80	310.000,00	- 379.555,35	8.638,55	1.532.508,00	0,564%
FEVEREIRO	1.532.508,00	2.980.000,00	- 114.735,16	6.878,72	4.404.651,56	0,156%
MARÇO	4.404.651,56	-	- 140.000,00	19.444,51	4.284.096,07	0,454%
ABRIL	4.284.096,07	290.000,00	- 140.000,00	21.417,59	4.455.513,66	0,481%
MAIO	4.455.513,66	-	- 150.000,00	28.936,52	4.334.450,18	0,668%
JUNHO	4.334.450,18	150.000,00	- 140.000,00	24.795,23	4.369.245,41	0,567%
JULHO	4.369.245,41	300.000,00	- 160.000,00	30.260,41	4.539.505,82	0,667%
AGOSTO	4.539.505,82	-	- 460.000,00	22.384,55	4.101.890,37	0,546%
SETEMBRO	4.101.890,37	-	- 160.000,00	25.581,16	3.967.471,53	0,645%
OUTUBRO	3.967.471,53	-	- 160.000,00	23.882,17	3.831.353,70	0,623%
NOVEMBRO	3.831.353,70	-	- 160.000,00	11.963,03	3.683.316,73	0,325%
DEZEMBRO	3.683.316,73	390.000,00	- 180.000,00	14.602,90	3.907.919,63	0,374%

CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS						
6	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	118.097,72	214.555,35	- 5.000,00	752,85	328.405,92	0,229%
FEVEREIRO	328.405,92	10.000,00	- 25.000,00	1.584,11	314.990,03	0,503%
MARÇO	314.990,03	-	- 15.000,00	1.418,24	301.408,27	0,471%
ABRIL	301.408,27	-	- 20.000,00	1.552,80	282.961,07	0,549%
MAIO	282.961,07	-	- 20.000,00	1.584,87	264.545,94	0,599%
JUNHO	264.545,94	-	- 15.000,00	1.265,58	250.811,52	0,505%
JULHO	250.811,52	-	- 20.000,00	1.359,98	232.171,50	0,586%
AGOSTO	232.171,50	-	- 20.000,00	1.123,71	213.295,21	0,527%
SETEMBRO	213.295,21	-	- 15.000,00	1.028,73	199.323,94	0,516%
OUTUBRO	199.323,94	10.000,00	- 25.000,00	1.006,78	185.330,72	0,543%
NOVEMBRO	185.330,72	-	- 20.000,00	597,98	165.928,70	0,360%
DEZEMBRO	165.928,70	-	- 25.000,00	582,23	141.510,93	0,411%

CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS						
7	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	-	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-	-	-
ABRIL	-	161.500,00	-	1.719,67	163.219,67	1,054%
MAIO	163.219,67	290.000,00	-	5.930,42	459.150,09	1,292%
JUNHO	459.150,09	-	-	16.961,64	476.111,73	3,563%
JULHO	476.111,73	-	-	6.064,12	482.175,85	1,258%
AGOSTO	482.175,85	-	-	2.039,63	480.136,22	-0,425%
SETEMBRO	480.136,22	-	-	13.689,09	493.825,31	2,772%
OUTUBRO	493.825,31	277.000,00	-	25.476,13	796.301,44	3,199%
NOVEMBRO	796.301,44	-	-	20.258,35	776.043,09	-2,610%
DEZEMBRO	776.043,09	177.500,00	-	17.988,01	971.531,10	1,852%

CAIXA FI BRASIL IRF - M RF LP						
8	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	-	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-	-	-
ABRIL	-	161.500,00	-	514,35	162.014,35	0,317%
MAIO	162.014,35	-	-	2.796,92	164.811,27	1,697%
JUNHO	164.811,27	-	-	3.537,88	168.349,15	2,102%
JULHO	168.349,15	-	-	1.831,56	170.180,71	1,076%
AGOSTO	170.180,71	600.000,00	-	716,56	770.897,27	0,093%
SETEMBRO	770.897,27	-	-	10.973,11	781.870,38	1,403%
OUTUBRO	781.870,38	144.000,00	-	13.244,87	939.115,25	1,410%
NOVEMBRO	939.115,25	-	-	4.604,95	934.510,30	-0,493%
DEZEMBRO	934.510,30	-	-	5.706,25	940.216,55	0,607%

MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - RENDA FIXA

SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP						
9	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	4.294.639,59	-	-	25.767,33	4.320.406,92	0,596%
FEVEREIRO	4.320.406,92	-	-	19.376,32	4.339.783,24	0,446%
MARÇO	4.339.783,24	-	-	19.303,99	4.359.087,23	0,443%
ABRIL	4.359.087,23	-	-	22.292,97	4.381.380,20	0,509%
MAIO	4.381.380,20	-	-	31.784,30	4.413.164,50	0,720%
JUNHO	4.413.164,50	-	-	26.802,66	4.439.967,16	0,604%
JULHO	4.439.967,16	-	-	32.569,57	4.472.536,73	0,728%
AGOSTO	4.472.536,73	-	-	21.979,12	4.494.515,85	0,489%
SETEMBRO	4.494.515,85	-	-	31.610,45	4.526.126,30	0,698%
OUTUBRO	4.526.126,30	-	-	29.048,72	4.555.175,02	0,638%
NOVEMBRO	4.555.175,02	-	-	9.501,14	4.564.676,16	0,208%
DEZEMBRO	4.564.676,16	-	-	19.484,81	4.584.160,97	0,425%

SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP						
10	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	1.837.971,12	-	-	26.078,99	1.864.050,11	1,399%
FEVEREIRO	1.864.050,11	-	-	5.020,44	1.869.070,55	0,269%
MARÇO	1.869.070,55	-	-	10.633,12	1.879.703,67	0,566%
ABRIL	1.879.703,67	-	-	11.169,06	1.890.872,73	0,591%
MAIO	1.890.872,73	-	-	34.398,41	1.925.271,14	1,787%
JUNHO	1.925.271,14	-	-	41.839,24	1.967.110,38	2,127%
JULHO	1.967.110,38	-	-	22.680,03	1.989.790,41	1,140%
AGOSTO	1.989.790,41	-	-	2.253,28	1.992.043,69	0,113%
SETEMBRO	1.992.043,69	-	-	30.768,67	2.022.812,36	1,521%
OUTUBRO	2.022.812,36	-	-	36.442,58	2.059.254,94	1,770%
NOVEMBRO	2.059.254,94	-	-	14.882,10	2.044.372,84	-0,728%
DEZEMBRO	2.044.372,84	-	-	12.903,51	2.057.276,35	0,627%

MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - RENDA FIXA

SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP						
11	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	1.834.770,84	-	-	9.290,63	1.844.061,47	0,504%
FEVEREIRO	1.844.061,47	-	-	8.499,16	1.852.560,63	0,459%
MARÇO	1.852.560,63	-	-	8.119,25	1.860.679,88	0,436%
ABRIL	1.860.679,88	-	-	8.982,26	1.869.662,14	0,480%
MAIO	1.869.662,14	-	-	9.478,18	1.879.140,32	0,504%
JUNHO	1.879.140,32	-	-	8.216,30	1.887.356,62	0,435%
JULHO	1.887.356,62	-	-	9.978,47	1.897.335,09	0,526%
AGOSTO	1.897.335,09	-	-	8.946,45	1.906.281,54	0,469%
SETEMBRO	1.906.281,54	-	-	8.211,43	1.914.492,97	0,429%
OUTUBRO	1.914.492,97	-	-	8.540,43	1.923.033,40	0,444%
NOVEMBRO	1.923.033,40	-	-	6.651,96	1.929.685,36	0,345%
DEZEMBRO	1.929.685,36	-	-	6.550,95	1.936.236,31	0,338%

MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - RENDA FIXA

BRDESCO FIC RENDA FIXA IMA-B						
12	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	1.519.645,73	-	-	67.884,94	1.587.530,67	4,276%
FEVEREIRO	1.587.530,67	-	-	8.264,00	1.595.794,67	0,518%
MARÇO	1.595.794,67	-	-	8.167,18	1.603.961,85	0,509%
ABRIL	1.603.961,85	-	-	23.756,37	1.627.718,22	1,459%
MAIO	1.627.718,22	-	-	59.805,57	1.687.523,79	3,544%
JUNHO	1.687.523,79	-	-	62.814,77	1.750.338,56	3,589%
JULHO	1.750.338,56	-	-	21.533,23	1.771.871,79	1,215%
AGOSTO	1.771.871,79	-	-	7.843,00	1.764.028,79	-0,445%
SETEMBRO	1.764.028,79	-	-	51.131,63	1.815.160,42	2,817%
OUTUBRO	1.815.160,42	-	-	63.122,90	1.878.283,32	3,361%
NOVEMBRO	1.878.283,32	-	-	48.118,11	1.830.165,21	-2,629%
DEZEMBRO	1.830.165,21	-	-	36.787,80	1.866.953,01	1,970%

BRDESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITULOS PUBLICOS						
13	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	25.236,89	-	-	1.093,87	26.330,76	4,154%
FEVEREIRO	26.330,76	-	-	137,35	26.468,11	0,519%
MARÇO	26.468,11	-	-	147,57	26.615,68	0,554%
ABRIL	26.615,68	-	-	393,17	27.008,85	1,456%
MAIO	27.008,85	-	-	976,36	27.985,21	3,489%
JUNHO	27.985,21	-	-	1.037,91	29.023,12	3,576%
JULHO	29.023,12	-	-	364,09	29.387,21	1,239%
AGOSTO	29.387,21	-	-	126,10	29.261,11	-0,431%
SETEMBRO	29.261,11	-	-	828,74	30.089,85	2,754%
OUTUBRO	30.089,85	-	-	1.003,47	31.093,32	3,227%
NOVEMBRO	31.093,32	-	-	770,08	30.323,24	-2,540%
DEZEMBRO	30.323,24	-	-	600,69	30.923,93	1,942%

MOVIMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - RENDA FIXA

BRDESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS						
14	SALDO INICIAL (R\$)	Aportes (R\$)	Resgates (R\$)	Rentabilidade (R\$)	SALDO FINAL (R\$)	Taxa de Retorno
JANEIRO	1.401.507,08	-	-	7.804,33	1.409.311,41	0,554%
FEVEREIRO	1.409.311,41	-	-	6.279,81	1.415.591,22	0,444%
MARÇO	1.415.591,22	-	-	6.414,31	1.422.005,53	0,451%
ABRIL	1.422.005,53	-	-	6.829,98	1.428.835,51	0,478%
MAIO	1.428.835,51	-	-	9.338,61	1.438.174,12	0,649%
JUNHO	1.438.174,12	-	-	8.064,12	1.446.238,24	0,558%
JULHO	1.446.238,24	-	-	10.006,58	1.456.244,82	0,687%
AGOSTO	1.456.244,82	-	-	7.642,62	1.463.887,44	0,522%
SETEMBRO	1.463.887,44	-	-	9.093,39	1.472.980,83	0,617%
OUTUBRO	1.472.980,83	-	-	8.861,96	1.481.842,79	0,598%
NOVEMBRO	1.481.842,79	-	-	4.573,94	1.486.416,73	0,308%
DEZEMBRO	1.486.416,73	-	-	5.880,27	1.492.297,00	0,394%

4 - DESEMPENHO (RENTABILIDADE) DOS INVESTIMENTOS

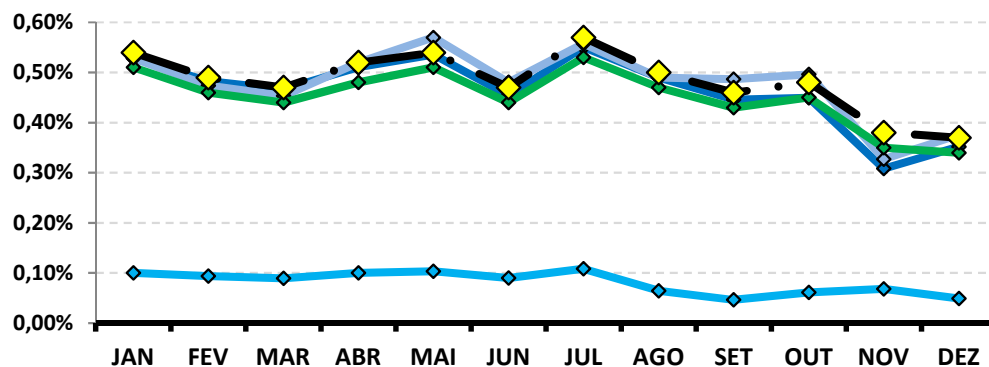
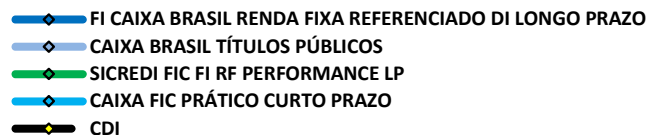
Apresentamos abaixo, o desempenho dos fundos de investimento da Carteira de Investimentos, separando as aplicações por Segmento de Renda Fixa e Renda Variável e comparado aos seus índices de Benchmark.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

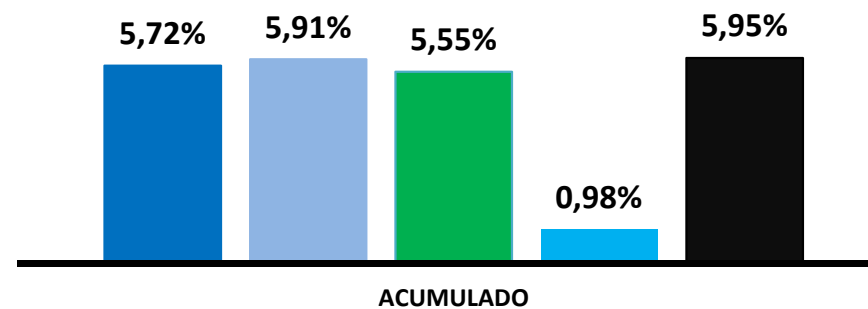
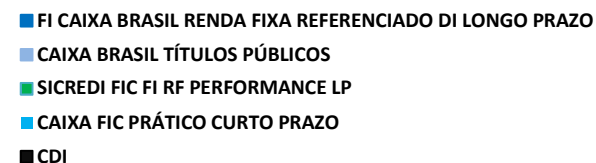
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2019 - Fundos atrelados ao CDI

<i>Fundos de Investimento</i>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO	0,53%	0,48%	0,47%	0,51%	0,54%	0,45%	0,55%	0,49%	0,45%	0,45%	0,31%	0,35%	5,72%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS	0,53%	0,47%	0,45%	0,52%	0,57%	0,48%	0,56%	0,49%	0,49%	0,50%	0,33%	0,38%	5,91%
SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP	0,51%	0,46%	0,44%	0,48%	0,51%	0,44%	0,53%	0,47%	0,43%	0,45%	0,35%	0,34%	5,55%
CAIXA FIC PRÁTICO CURTO PRAZO	0,10%	0,09%	0,09%	0,10%	0,10%	0,09%	0,11%	0,06%	0,05%	0,06%	0,07%	0,05%	0,98%
CDI	0,54%	0,49%	0,47%	0,52%	0,54%	0,47%	0,57%	0,50%	0,46%	0,48%	0,38%	0,37%	5,95%

Rentabilidade Mensal



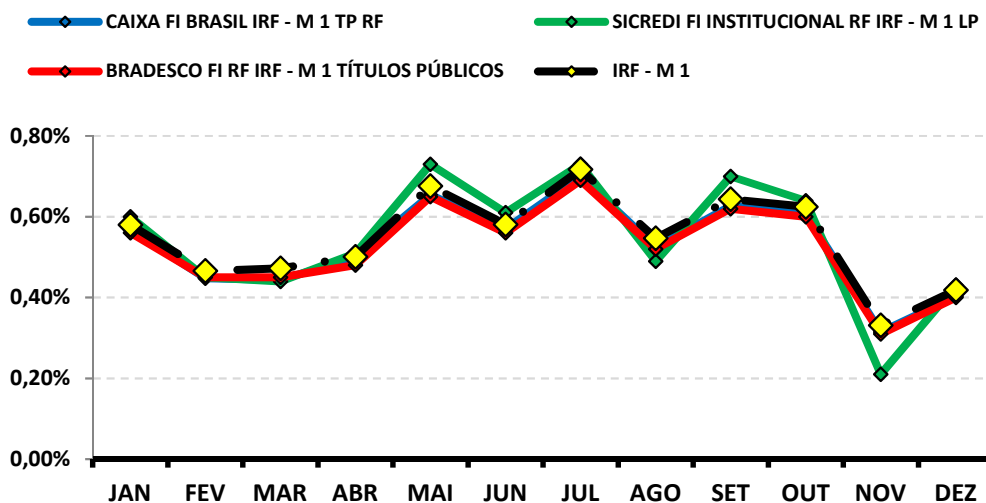
Rentabilidade Acumulada



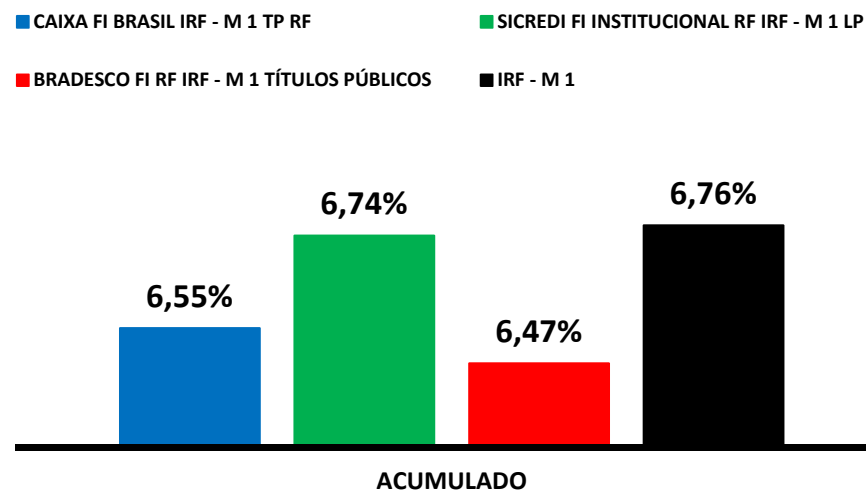
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2019 - Fundos atrelados ao IRF - M 1

<i>Fundos de Investimento</i>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF	0,57%	0,45%	0,44%	0,50%	0,65%	0,57%	0,70%	0,52%	0,63%	0,61%	0,31%	0,40%	6,55%
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP	0,60%	0,45%	0,44%	0,51%	0,73%	0,61%	0,73%	0,49%	0,70%	0,64%	0,21%	0,43%	6,74%
BRADESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS	0,56%	0,45%	0,45%	0,48%	0,65%	0,56%	0,69%	0,52%	0,62%	0,60%	0,31%	0,40%	6,47%
IRF - M 1	0,58%	0,47%	0,47%	0,50%	0,68%	0,58%	0,72%	0,55%	0,64%	0,62%	0,33%	0,42%	6,76%

Rentabilidade Mensal



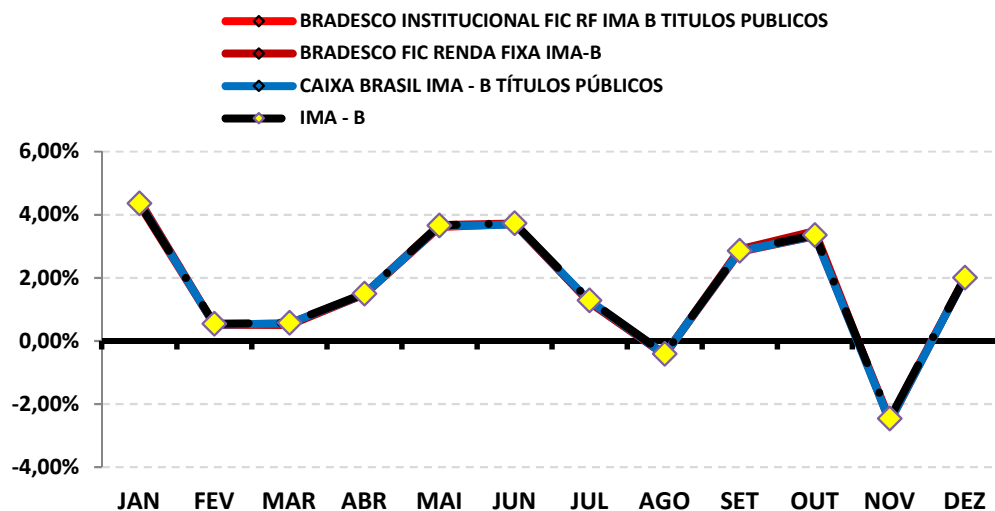
Rentabilidade Acumulada



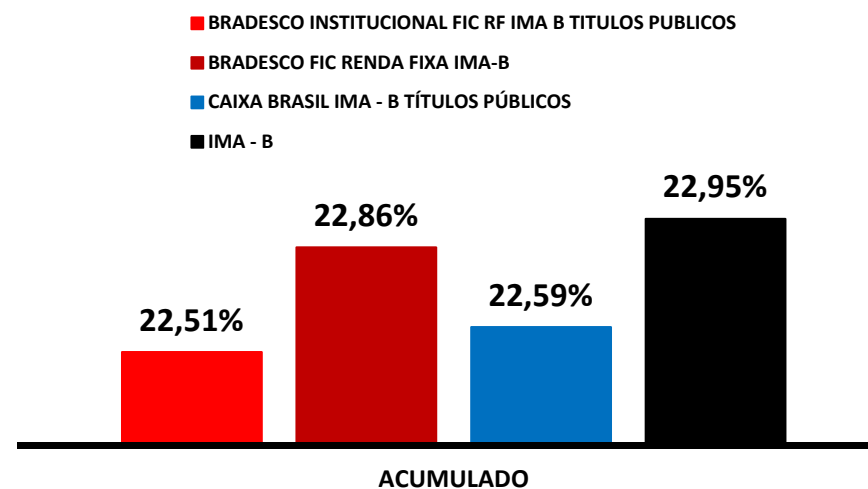
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2019 - Fundos atrelados ao IMA - B

<i>Fundos de Investimento</i>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITU	4,33%	0,52%	0,56%	1,48%	3,61%	3,71%	1,25%	-0,43%	2,83%	3,33%	-2,48%	1,98%	22,51%
BRADESCO FIC RENDA FIXA IMA-B	4,47%	0,52%	0,51%	1,48%	3,67%	3,72%	1,23%	-0,44%	2,90%	3,48%	-2,56%	2,01%	22,86%
CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS	4,39%	0,52%	0,56%	1,49%	3,63%	3,69%	1,27%	-0,42%	2,85%	3,33%	-2,54%	1,99%	22,59%
IMA - B	4,37%	0,55%	0,58%	1,51%	3,66%	3,73%	1,29%	-0,40%	2,86%	3,36%	-2,45%	2,01%	22,95%

Rentabilidade Mensal



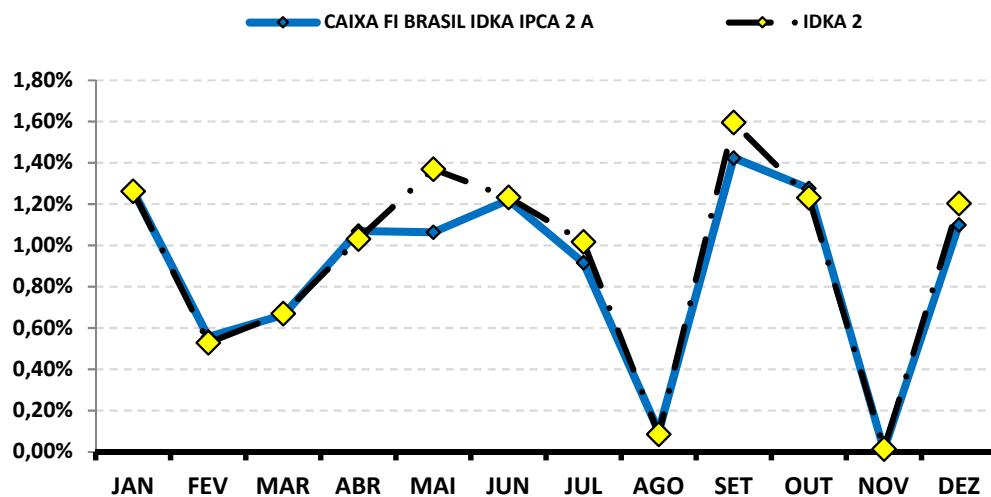
Rentabilidade Acumulada



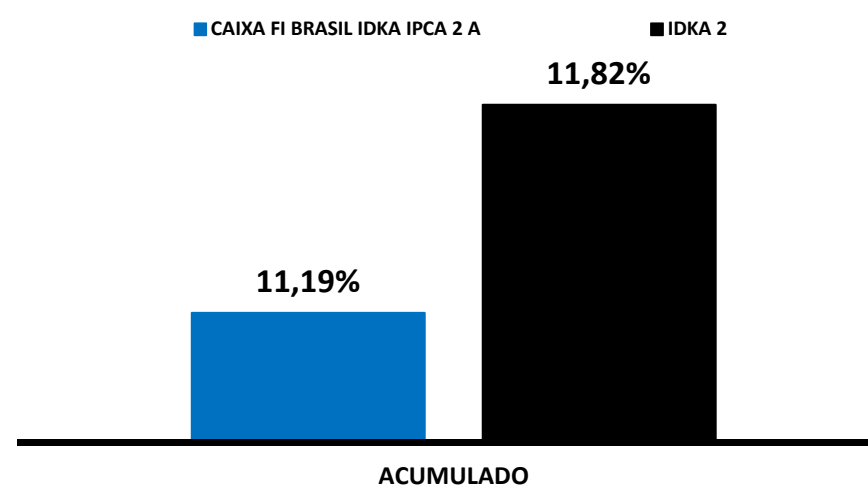
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2019 - Fundos atrelados ao IDKA 2

<i>Fundos de Investimento</i>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A	1,27%	0,56%	0,66%	1,07%	1,06%	1,22%	0,92%	0,10%	1,42%	1,28%	0,01%	1,10%	11,19%
IDKA 2	1,26%	0,53%	0,67%	1,03%	1,37%	1,23%	1,02%	0,08%	1,60%	1,23%	0,01%	1,20%	11,82%

Rentabilidade Mensal



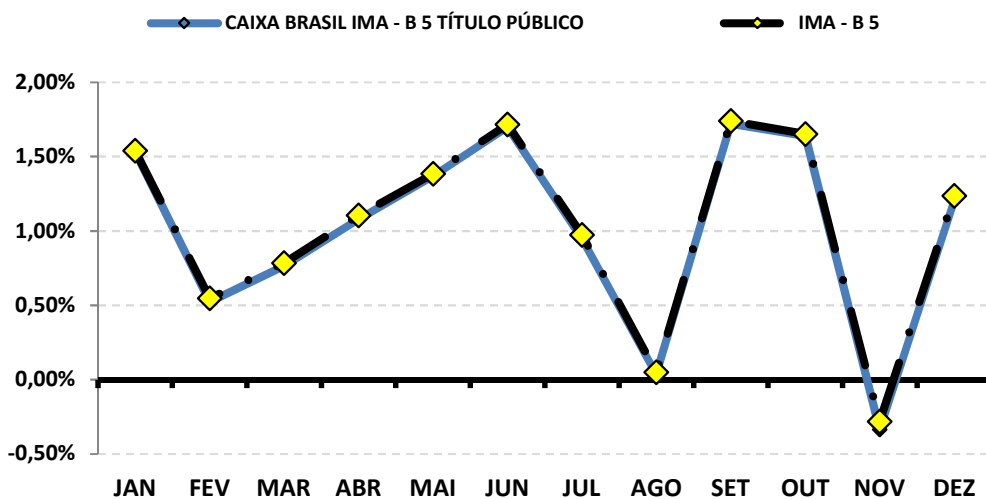
Rentabilidade Acumulada



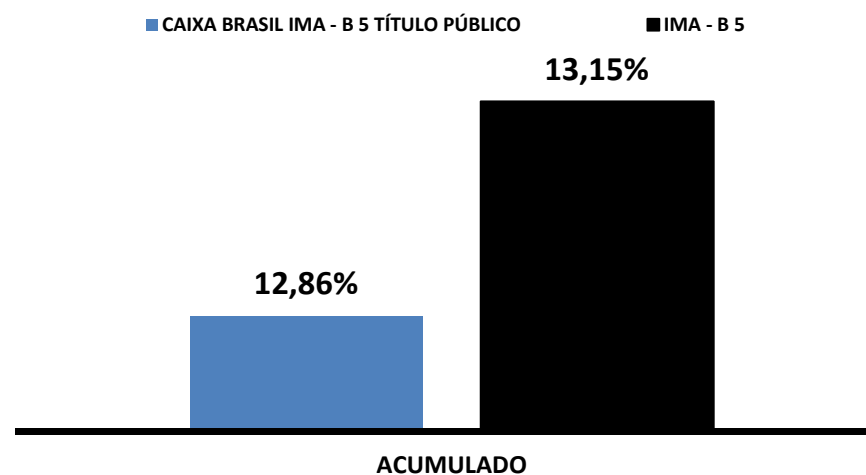
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2019 - Fundos atrelados ao IMA - B 5

<i>Fundos de Investimento</i>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO	1,53%	0,52%	0,76%	1,08%	1,37%	1,70%	0,95%	0,03%	1,72%	1,64%	-0,34%	1,21%	12,86%
IMA - B 5	1,54%	0,55%	0,78%	1,11%	1,39%	1,72%	0,97%	0,05%	1,74%	1,65%	-0,28%	1,24%	13,15%

Rentabilidade Mensal



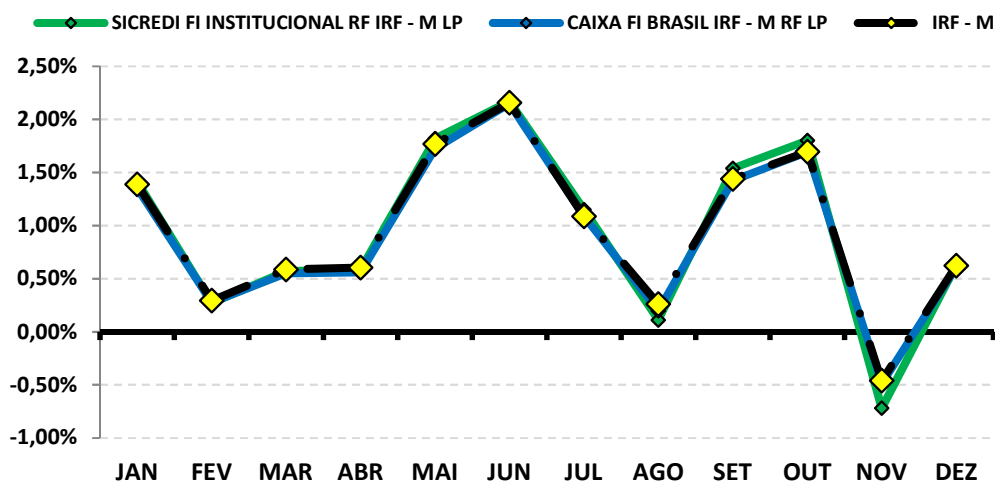
Rentabilidade Acumulada



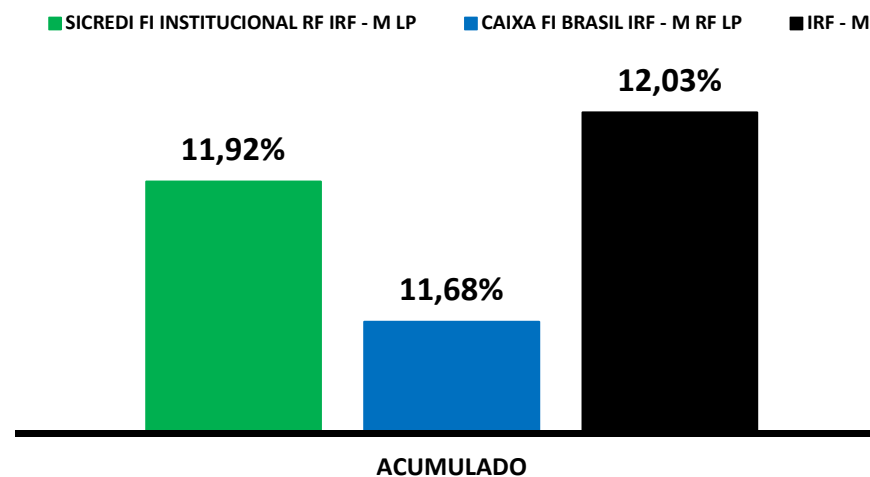
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - 2019 - Fundos atrelados ao IRF - M

<i>Fundos de Investimento</i>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO
SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP	1,42%	0,27%	0,57%	0,59%	1,82%	2,17%	1,15%	0,11%	1,54%	1,80%	-0,72%	0,63%	11,92%
CAIXA FI BRASIL IRF - M RF LP	1,35%	0,28%	0,55%	0,56%	1,73%	2,15%	1,09%	0,20%	1,42%	1,69%	-0,49%	0,61%	11,68%
IRF - M	1,39%	0,29%	0,59%	0,61%	1,77%	2,16%	1,09%	0,26%	1,44%	1,70%	-0,46%	0,62%	12,03%

Rentabilidade Mensal



Rentabilidade Acumulada



4 . 1 - Rentabilidade Relativa dos Investimentos sobre seu Benchmark

O **índice de Benchmark** funciona como um Índice de comparação para analisarmos o desempenho das rentabilidades de um investimento. Um fundo para ser caracterizado como um bom investimento deve acompanhar no mínimo o índice de Benchmark.

No caso dos Fundos de investimento de Renda Fixa, existem vários índices de Benchmark, como os **subíndices da ANBIMA (IMA, IRF - M e IDKA)** e o mais comum, o **índice DI**. Dependendo do tipo de análise do investidor, a poupança também serve como "**parâmetro de rentabilidade**" (Benchmark).

No caso dos Fundos de investimento em Ações ou índices de Ações, o **índice de Benchmark** mais apropriado seria o **IBOVESPA, IBR-X** e etc...

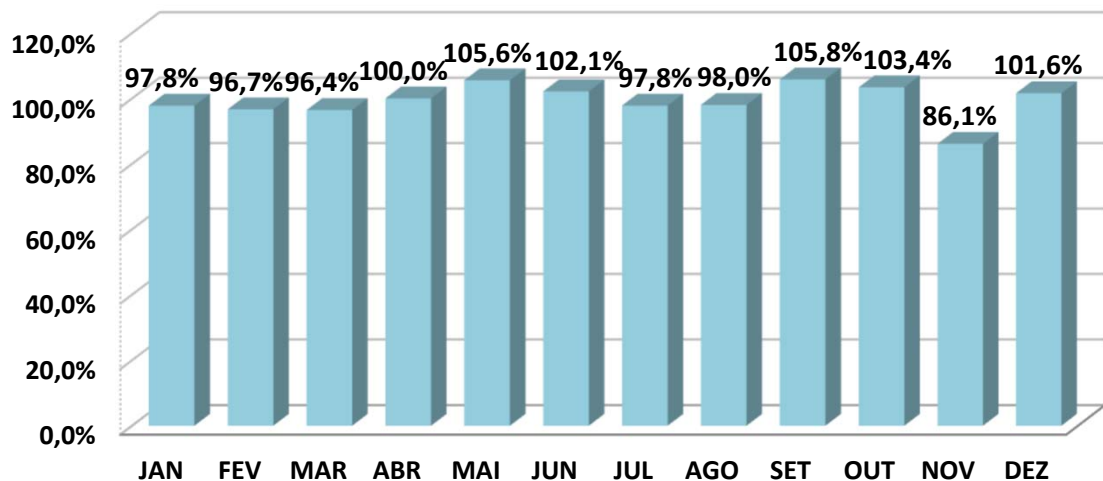
Lembrando que investimento em Renda Variável requer estratégias que visam o longo prazo e, portanto, uma análise sobre apenas um ano sobre esse tipo de investimento, torna-se um pouco tendencioso, não servindo totalmente como base para análise de retorno.

CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,53%	0,47%	0,45%	0,52%	0,57%	0,48%	0,56%	0,49%	0,49%	0,50%	0,33%	0,38%
CDI	0,54%	0,49%	0,47%	0,52%	0,54%	0,47%	0,57%	0,50%	0,46%	0,48%	0,38%	0,37%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	97,8%	96,7%	96,4%	100,0%	105,6%	102,1%	97,8%	98,0%	105,8%	103,4%	86,1%	101,6%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark

■ CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	MAI	0,57%	0,54%	105,6%
PIOR MÊS	NOV	0,33%	0,38%	86,1%

Oscilação do Investimento: 0,07%.

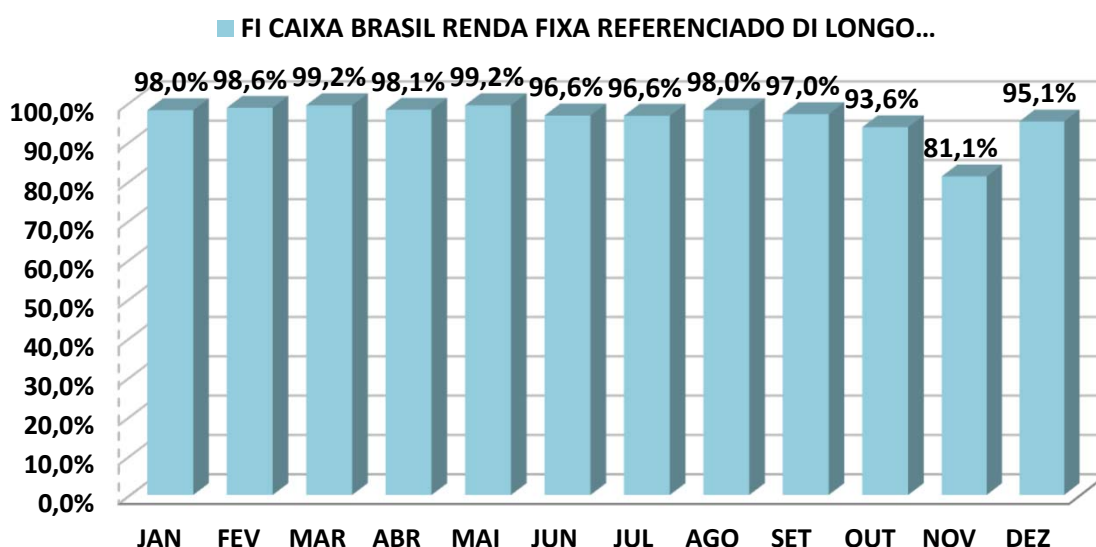
Oscilação do Benchmark: 0,06%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,38%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,37%, pagando ao investidor 101,57% sobre o seu Benchmark.

FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,53%	0,48%	0,47%	0,51%	0,54%	0,45%	0,55%	0,49%	0,45%	0,45%	0,31%	0,35%
CDI	0,54%	0,49%	0,47%	0,52%	0,54%	0,47%	0,57%	0,50%	0,46%	0,48%	0,38%	0,37%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	98,0%	98,6%	99,2%	98,1%	99,2%	96,6%	96,6%	98,0%	97,0%	93,6%	81,1%	95,1%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUL	0,55%	0,57%	96,6%
PIOR MÊS	NOV	0,31%	0,38%	81,1%

Oscilação do Investimento: 0,07%.

Oscilação do Benchmark: 0,06%.

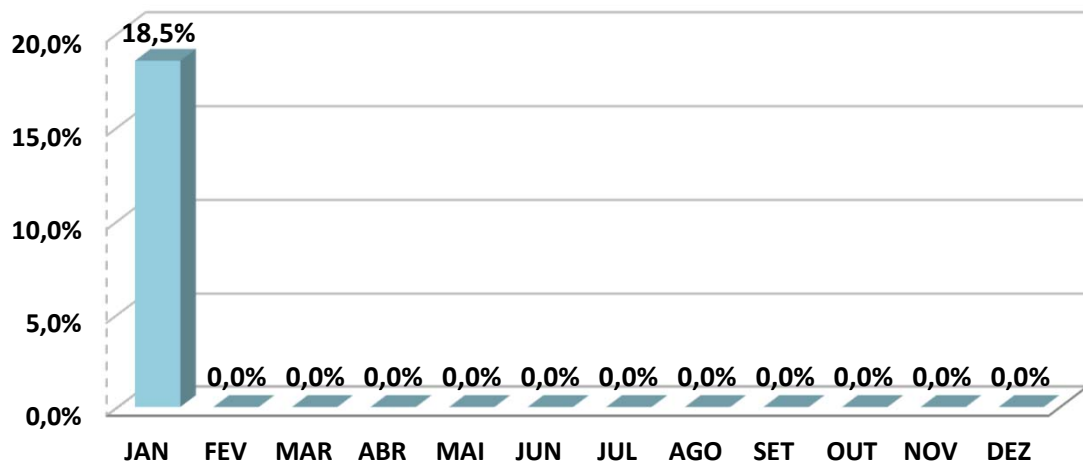
Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,35%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,37%, pagando ao investidor 95,11% sobre o seu Benchmark.

CAIXA FIC PRÁTICO CURTO PRAZO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,10%											
CDI	0,54%											
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	18,5%											

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark

■ CAIXA FIC PRÁTICO CURTO PRAZO



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

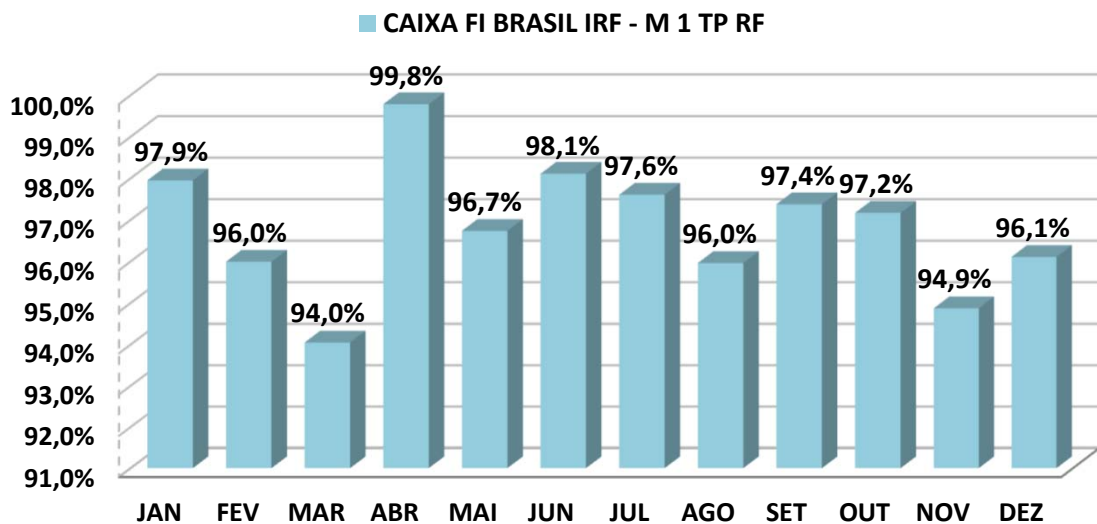
DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JAN	0,10%	0,54%	18,5%
PIOR MÊS	JAN	0,10%	0,54%	18,5%

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,10%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,54%, pagando ao investidor 18,52% sobre o seu Benchmark.

CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,57%	0,45%	0,44%	0,50%	0,65%	0,57%	0,70%	0,52%	0,63%	0,61%	0,31%	0,40%
IRF - M 1	0,58%	0,47%	0,47%	0,50%	0,68%	0,58%	0,72%	0,55%	0,64%	0,62%	0,33%	0,42%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	97,9%	96,0%	94,0%	99,8%	96,7%	98,1%	97,6%	96,0%	97,4%	97,2%	94,9%	96,1%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUL	0,70%	0,72%	97,6%
PIOR MÊS	NOV	0,31%	0,33%	94,9%

Oscilação do Investimento: 0,11%.

Oscilação do Benchmark: 0,11%.

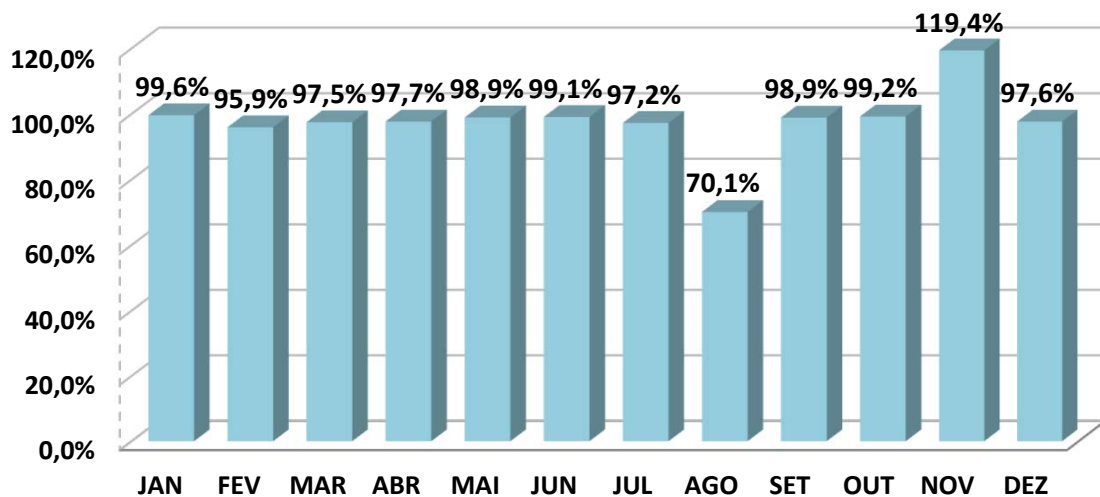
Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,40%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,42%, pagando ao investidor 96,11% sobre o seu Benchmark.

CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	1,53%	0,52%	0,76%	1,08%	1,37%	1,70%	0,95%	0,03%	1,72%	1,64%	-0,34%	1,21%
IMA - B 5	1,54%	0,55%	0,78%	1,11%	1,39%	1,72%	0,97%	0,05%	1,74%	1,65%	-0,28%	1,24%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	99,6%	95,9%	97,5%	97,7%	98,9%	99,1%	97,2%	70,1%	98,9%	99,2%	119,4%	97,6%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark

■ CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO



DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	SET	1,72%	1,74%	98,9%
PIOR MÊS	NOV	-0,34%	-0,28%	119,4%

Oscilação do Investimento: 0,67%.

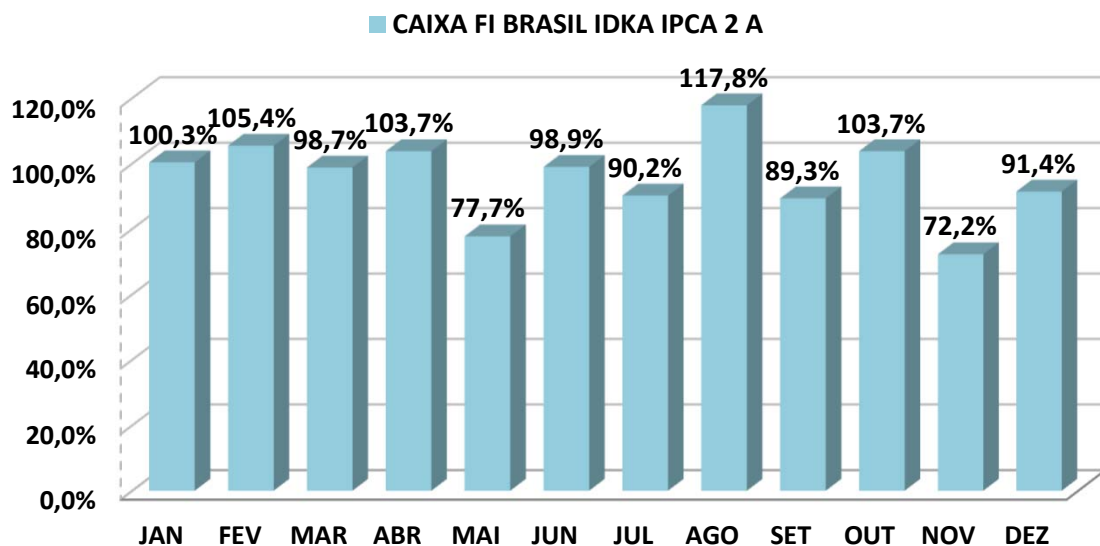
Oscilação do Benchmark: 0,66%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 1,21%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 1,24%, pagando ao investidor 97,64% sobre o seu Benchmark.

CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	1,27%	0,56%	0,66%	1,07%	1,06%	1,22%	0,92%	0,10%	1,42%	1,28%	0,01%	1,10%
IDKA 2	1,26%	0,53%	0,67%	1,03%	1,37%	1,23%	1,02%	0,08%	1,60%	1,23%	0,01%	1,20%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	100,3%	105,4%	98,7%	103,7%	77,7%	98,9%	90,2%	117,8%	89,3%	103,7%	72,2%	91,4%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	SET	1,42%	1,60%	89,3%
PIOR MÊS	NOV	0,01%	0,01%	72,2%

Oscilação do Investimento: 0,46%.

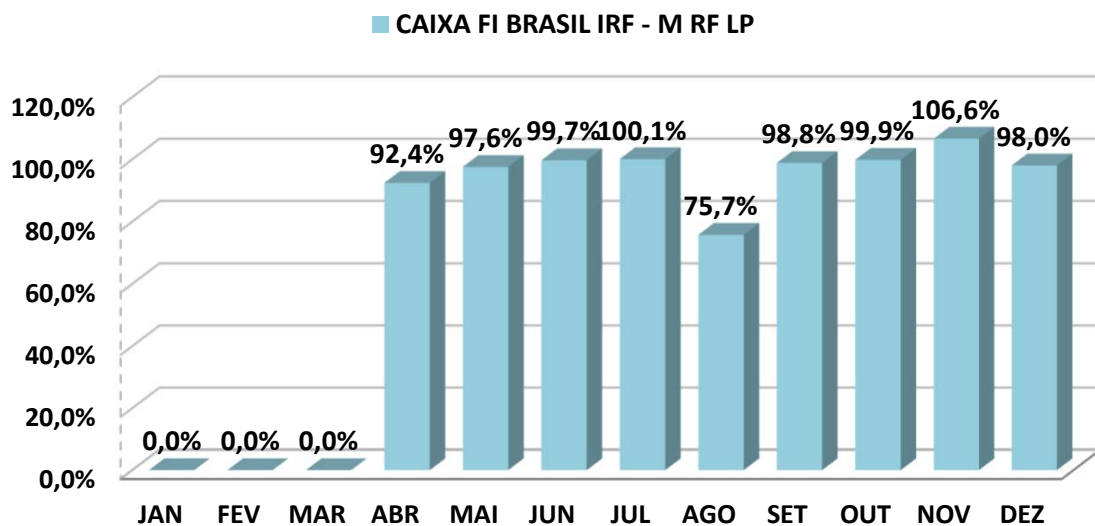
Oscilação do Benchmark: 0,50%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 1,10%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 1,20%, pagando ao investidor 91,40% sobre o seu Benchmark.

CAIXA FI BRASIL IRF - M RF LP

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO				0,56%	1,73%	2,15%	1,09%	0,20%	1,42%	1,69%	-0,49%	0,61%
IRF - M				0,61%	1,77%	2,16%	1,09%	0,26%	1,44%	1,70%	-0,46%	0,62%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK				92,4%	97,6%	99,7%	100,1%	75,7%	98,8%	99,9%	106,6%	98,0%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUN	2,15%	2,16%	99,7%
PIOR MÊS	NOV	-0,49%	-0,46%	106,6%

Oscilação do Investimento: 0,85%.

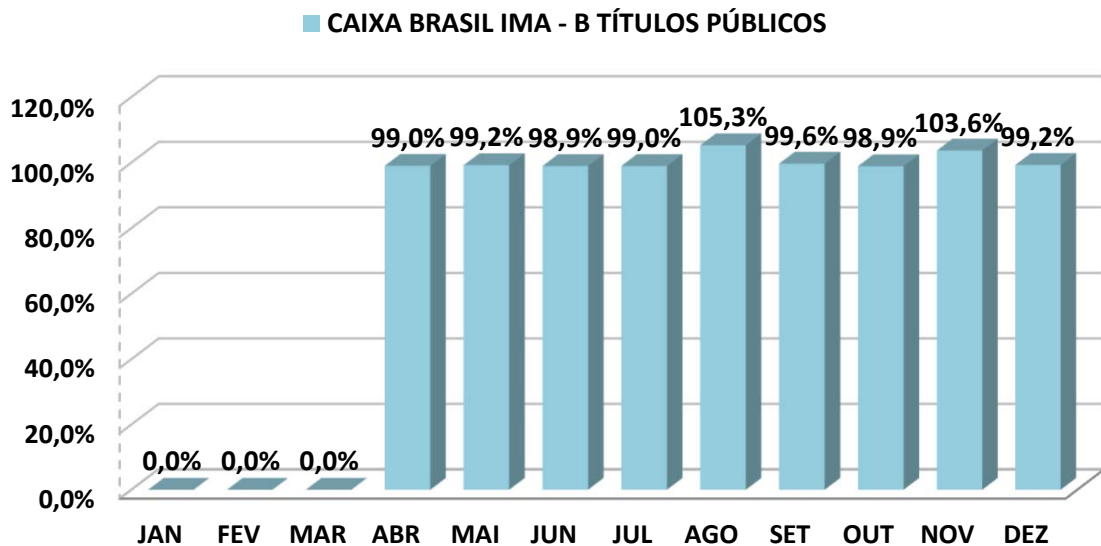
Oscilação do Benchmark: 0,84%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,61%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,62%, pagando ao investidor 98,04% sobre o seu Benchmark.

CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO				1,49%	3,63%	3,69%	1,27%	-0,42%	2,85%	3,33%	-2,54%	1,99%
IMA - B				1,51%	3,66%	3,73%	1,29%	-0,40%	2,86%	3,36%	-2,45%	2,01%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK				99,0%	99,2%	98,9%	99,0%	105,3%	99,6%	98,9%	103,6%	99,2%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUN	3,69%	3,73%	98,9%
PIOR MÊS	NOV	-2,54%	-2,45%	103,6%

Oscilação do Investimento: 2,08%.

Oscilação do Benchmark: 2,06%.

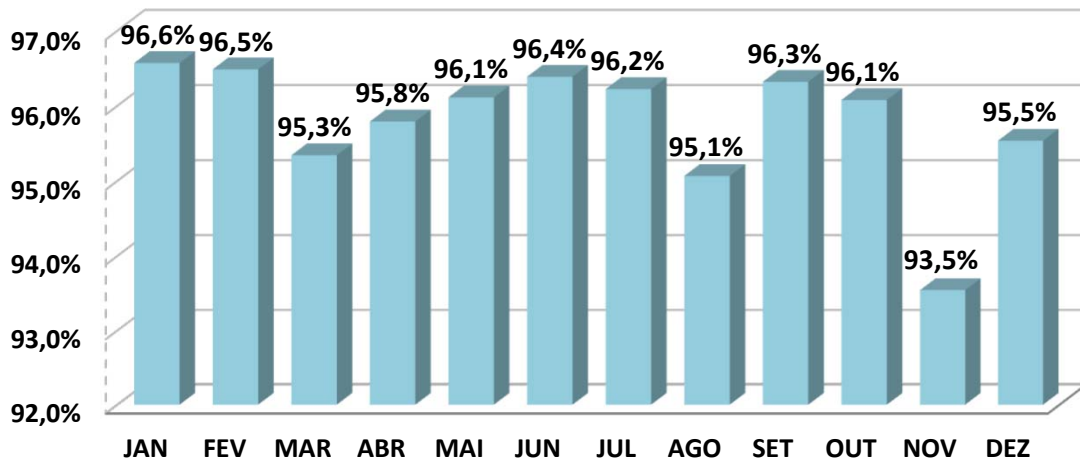
Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 1,99%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 2,01%, pagando ao investidor 99,25% sobre o seu Benchmark.

BRDESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,56%	0,45%	0,45%	0,48%	0,65%	0,56%	0,69%	0,52%	0,62%	0,60%	0,31%	0,40%
IRF - M 1	0,58%	0,47%	0,47%	0,50%	0,68%	0,58%	0,72%	0,55%	0,64%	0,62%	0,33%	0,42%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	96,6%	96,5%	95,3%	95,8%	96,1%	96,4%	96,2%	95,1%	96,3%	96,1%	93,5%	95,5%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark

■ BRADESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUL	0,69%	0,72%	96,2%
PIOR MÊS	NOV	0,31%	0,33%	93,5%

Oscilação do Investimento: 0,11%.

Oscilação do Benchmark: 0,11%.

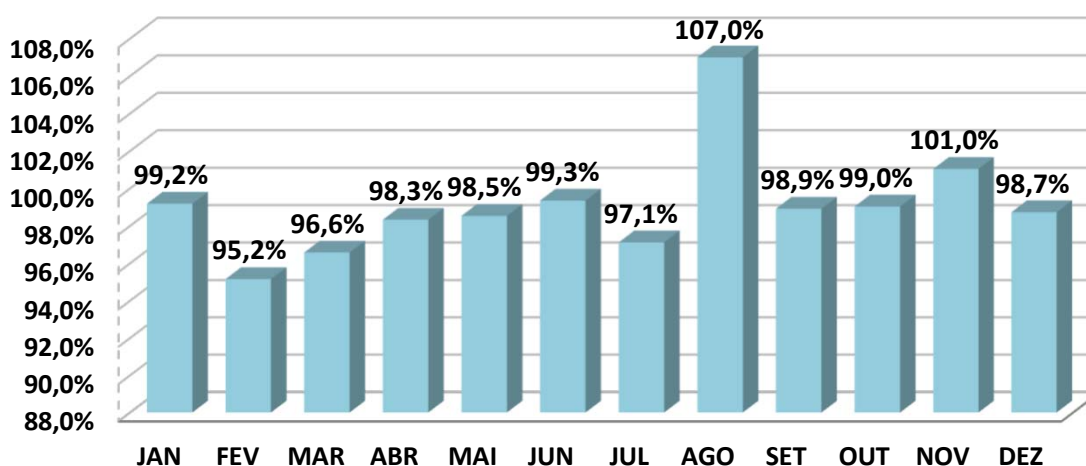
Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,40%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,42%, pagando ao investidor 95,53% sobre o seu Benchmark.

BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITULOS PUBLICOS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	4,33%	0,52%	0,56%	1,48%	3,61%	3,71%	1,25%	-0,43%	2,83%	3,33%	-2,48%	1,98%
IMA - B	4,37%	0,55%	0,58%	1,51%	3,66%	3,73%	1,29%	-0,40%	2,86%	3,36%	-2,45%	2,01%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	99,2%	95,2%	96,6%	98,3%	98,5%	99,3%	97,1%	107,0%	98,9%	99,0%	101,0%	98,7%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark

■ BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITULOS PUBLICOS



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JAN	4,33%	4,37%	99,2%
PIOR MÊS	NOV	-2,48%	-2,45%	101,0%

Oscilação do Investimento: 1,99%.

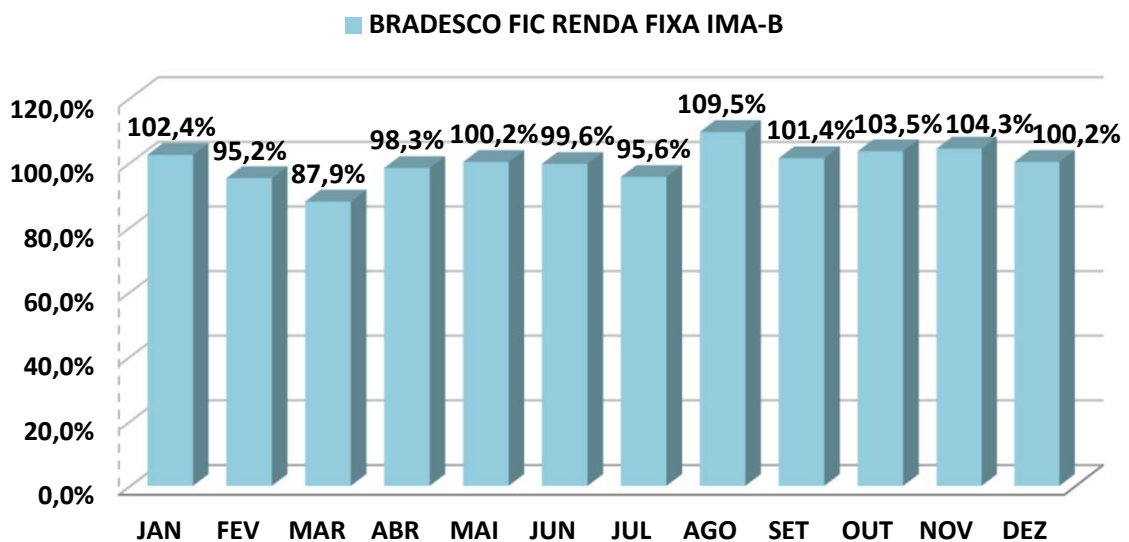
Oscilação do Benchmark: 1,99%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 1,98%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 2,01%, pagando ao investidor 98,72% sobre o seu Benchmark.

BRDESCO FIC RENDA FIXA IMA-B

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	4,47%	0,52%	0,51%	1,48%	3,67%	3,72%	1,23%	-0,44%	2,90%	3,48%	-2,56%	2,01%
IMA - B	4,37%	0,55%	0,58%	1,51%	3,66%	3,73%	1,29%	-0,40%	2,86%	3,36%	-2,45%	2,01%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	102,4%	95,2%	87,9%	98,3%	100,2%	99,6%	95,6%	109,5%	101,4%	103,5%	104,3%	100,2%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JAN	4,47%	4,37%	102,4%
PIOR MÊS	NOV	-2,56%	-2,45%	104,3%

Oscilação do Investimento: 2,05%.

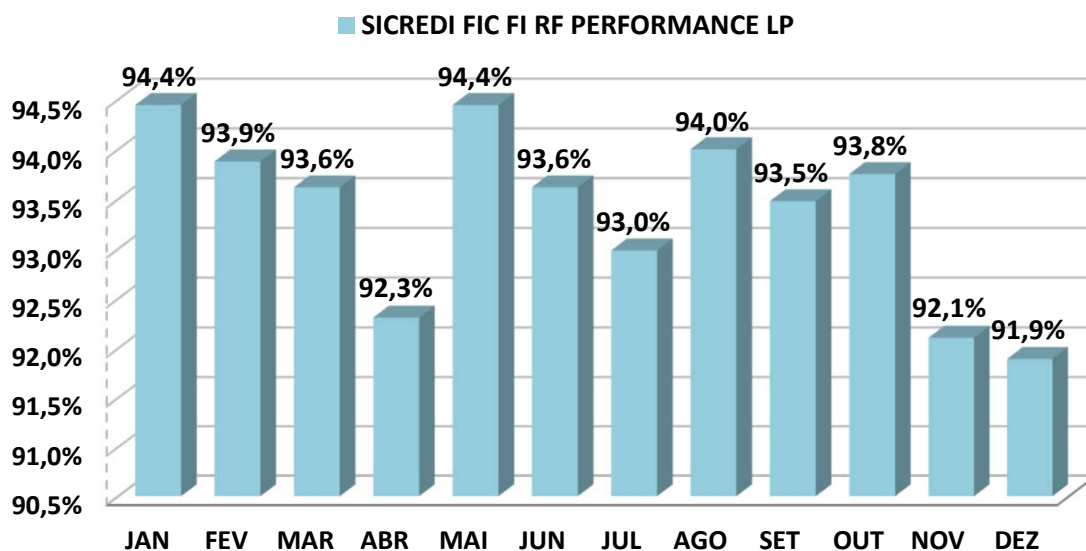
Oscilação do Benchmark: 1,99%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 2,01%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 2,01%, pagando ao investidor 100,22% sobre o seu Benchmark.

SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,51%	0,46%	0,44%	0,48%	0,51%	0,44%	0,53%	0,47%	0,43%	0,45%	0,35%	0,34%
CDI	0,54%	0,49%	0,47%	0,52%	0,54%	0,47%	0,57%	0,50%	0,46%	0,48%	0,38%	0,37%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	94,4%	93,9%	93,6%	92,3%	94,4%	93,6%	93,0%	94,0%	93,5%	93,8%	92,1%	91,9%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUL	0,53%	0,57%	93,0%
PIOR MÊS	DEZ	0,34%	0,37%	91,9%

Oscilação do Investimento: 0,06%.

Oscilação do Benchmark: 0,06%.

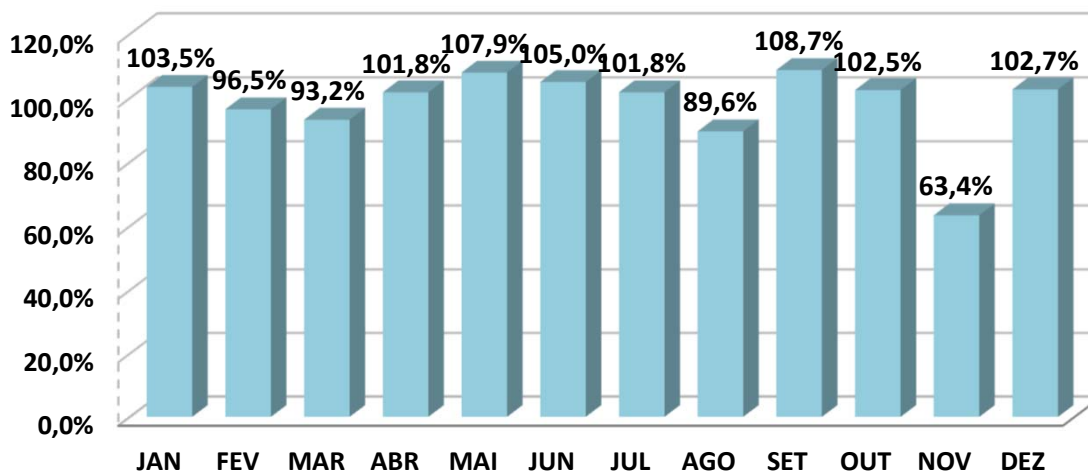
Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,34%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,37%, pagando ao investidor 91,89% sobre o seu Benchmark.

SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	0,60%	0,45%	0,44%	0,51%	0,73%	0,61%	0,73%	0,49%	0,70%	0,64%	0,21%	0,43%
IRF - M 1	0,58%	0,47%	0,47%	0,50%	0,68%	0,58%	0,72%	0,55%	0,64%	0,62%	0,33%	0,42%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	103,5%	96,5%	93,2%	101,8%	107,9%	105,0%	101,8%	89,6%	108,7%	102,5%	63,4%	102,7%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark

■ SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUL	0,73%	0,72%	101,8%
PIOR MÊS	NOV	0,21%	0,33%	63,4%

Oscilação do Investimento: 0,15%.

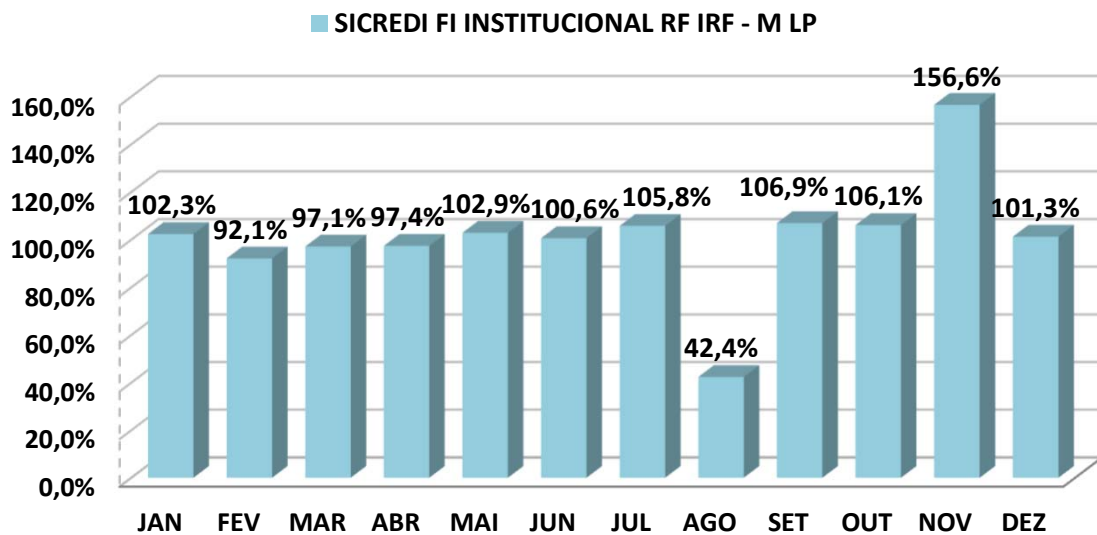
Oscilação do Benchmark: 0,11%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,43%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,42%, pagando ao investidor 102,70% sobre o seu Benchmark.

SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RETORNO FUNDO	1,42%	0,27%	0,57%	0,59%	1,82%	2,17%	1,15%	0,11%	1,54%	1,80%	-0,72%	0,63%
IRF - M	1,39%	0,29%	0,59%	0,61%	1,77%	2,16%	1,09%	0,26%	1,44%	1,70%	-0,46%	0,62%
RETORNO SOBRE O BENCHMARK	102,3%	92,1%	97,1%	97,4%	102,9%	100,6%	105,8%	42,4%	106,9%	106,1%	156,6%	101,3%

Rentabilidade Mensal sobre o Benchmark



ANÁLISE SOBRE AS EXTREMIDADES DE INVESTIMENTO

DESEMPENHO	MÊS	RETORNO FUNDO	BENCHMARK	Retorno S/ Benchmark
MELHOR MÊS	JUN	2,17%	2,16%	100,6%
PIOR MÊS	NOV	-0,72%	-0,46%	156,6%

Oscilação do Investimento: 0,85%.

Oscilação do Benchmark: 0,76%.

Durante o período de aplicação, o Fundo rendeu 0,63%, enquanto seu Benchmark rendeu no mesmo período, 0,62%, pagando ao investidor 101,25% sobre o seu Benchmark.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019 - LIMITE DE SEGMENTO - PREVPAR

Nº	Segmentos da Resolução CMN 4.695/2018	Dispositivo Legal Resolução CMN 4.695/2018	Limites do PAI			Carteira de Investimentos		ORIENTAÇÃO EM CASO DE DESENQUADRAMENTO DA CARTEIRA JUNTO A POLÍTICA DE INVESTIMENTO
			Mínimo	Estratégia Alvo	Máximo	Atualmente (%)	Atualmente (R\$)	
RENDA FIXA								
1	Títulos Públicos	Art. 7º, I, a (100%)	0,0%	0,0%	10,0%	-	-	-
2	F.I. Refer. 100% em Títulos Públicos	Art. 7º, I, b (100%)	0,0%	59,6%	79,6%	62,6%	18.646.733,28	-
3	F.I. índice Mercado 100% em Títulos Público	Art. 7º, I, c (100%)	0,0%	0,0%	79,6%	0,0%	-	-
4	Operações Compromissadas	Art. 7º, II (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
5	F.I. refer. em Indicadores RF	Art. 7º, III, a (60%)	0,0%	24,8%	50,0%	22,3%	6.641.437,32	-
6	F.I. em índices de RF	Art. 7º, III, b (60%)	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	-	-
7	F.I. referenciado em Indicadores RF	Art. 7º, IV, a (40%)	0,0%	15,6%	40,0%	15,1%	4.496.181,54	-
8	F.I. em índices de RF	Art. 7º, IV, b (40%)	0,0%	0,0%	40,0%	0,0%	-	-
9	LIG - Letras Imobiliárias Garantidas	Art. 7º, V, b (20%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
10	CDB	Art. 7º, VI, a (15%)	0,0%	0,0%	13,0%	0,0%	-	-
11	Poupança	Art. 7º, VI, b (15%)	0,0%	0,0%	2,0%	0,0%	-	-
12	FIDC - Cota Sênior	Art. 7º, VII, a (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
13	F.I. em Crédito Privado	Art. 7º, VII, b (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
14	F.I. em Debêntures	Art. 7º, VII, c (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
15	TOTAL - RENDA FIXA					99,9%	29.784.352,14	
RENDA VARIÁVEL								
16	F.I. em índices de RV (mín. 50 ações)	Art. 8º, I, a (30%)	0,0%	0,0%	5,0%	0,0%	-	-
17	F.I. em índices de Mercado RV (m. 50 ações)	Art. 8º, I, b (30%)	0,0%	0,0%	5,0%	0,0%	-	-
18	F.I. em ações	Art. 8º, II, a (20%)	0,0%	0,0%	5,0%	0,0%	-	-
19	F.I. em índices de Mercado RV	Art. 8º, II, b (20%)	0,0%	0,0%	5,0%	0,0%	-	-
20	F.I. Multimercados	Art. 8º, III (10%)	0,0%	0,0%	10,0%	0,0%	-	-
21	F.I. em Participações	Art. 8º, IV, a (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
22	F.I. Imobiliário negociado em bolsa	Art. 8º, IV, b (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
23	F.I.C Ações - Mercado de Acesso	Art. 8º, IV, c (5%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
24	TOTAL - RENDA VARIÁVEL	Art. 8º, § 1 (30%)				0,0%	-	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR								
25	F.I.C em Dívida Externa	Art. 9º A, I (10%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
26	F.I.C em Investimento no Exterior	Art. 9º A, II (10%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
27	F.I. Ações - BDR Nível I	Art. 9º A, III (10%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-	-
28	TOTAL - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Art. 9º A (10%)				0,0%	-	
29	DESENQUADRADO	-		100,0%		0,0%	-	-
30	CONTA CORRENTE	-				0,1%	15.729,21	-
31	PATRIMÔNIO TOTAL					100,0%	29.800.081,35	49

5-ENQUADRAMENTO SOBRE SEGMENTOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Nº	Fundo de Investimento	Valor Aplicado	(%) Recursos do RPPS sobre o FUNDO	Fundo Enquadrado?	Dispositivo da Resolução CMN 4.695/2018	(%) Recursos do RPPS sobre o SEGMENTO	Enquadrado?
1	BRADESCO INSTITUCIONAL FIC RF IMA B TITULOS PUBLICOS	30.923,93	0,10%	SIM	FI Refer. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, b (100%) (exc. Tx. de 1 dia)	62,6%	SIM
2	BRADESCO FI RF IRF - M 1 TÍTULOS PÚBLICOS	1.492.297,00	5,01%	SIM			
3	CAIXA BRASIL IMA - B TÍTULOS PÚBLICOS	971.531,10	3,26%	SIM			
4	CAIXA FI BRASIL IRF - M RF LP	940.216,55	3,16%	SIM			
5	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2 A	5.412.455,66	18,16%	SIM			
6	CAIXA BRASIL IMA - B 5 TÍTULO PÚBLICO	5.749.878,48	19,29%	SIM			
7	CAIXA FI BRASIL IRF - M 1 TP RF	3.907.919,63	13,11%	SIM			
8	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS	141.510,93	0,47%	SIM			
9	SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M LP	2.057.276,35	6,90%	SIM	FI Refer. Indicadores de RF - Art. 7º, III, a (60% e 20% por fundo)	22,3%	SIM
10	SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF - M 1 LP	4.584.160,97	15,38%	SIM			
11	SICREDI FIC FI RF PERFORMANCE LP	1.936.236,31	6,50%	SIM	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a (40% e 20% por fundo)	15,1%	SIM
12	BRADESCO FIC RENDA FIXA IMA-B	1.866.953,01	6,26%	SIM			
13	FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	692.992,22	2,33%	SIM			
TOTAL da CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		29.784.352,14	99,95%				
14	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	15.729,21	0,05%				
TOTAL DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (Conta Corrente)		15.729,21	0,05%				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.800.081,35	100,00%				

* PL - Patrimônio Líquido.

Referência: DEZEMBRO

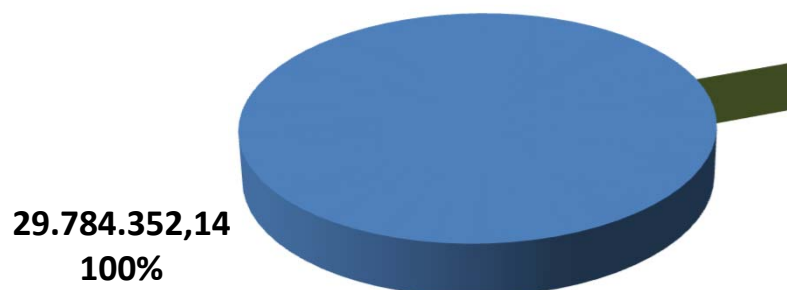
DISTRIBUIÇÃO ESTATÍSTICA DA CARTEIRA

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO (RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL)

SEGMENTO	VALOR APLICADO (em R\$)	Percentual sobre Patrimônio Líquido RPPS
RENDA FIXA	29.784.352,14	100,0%
RENDA VARIÁVEL	-	0,0%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	-	0,0%
TOTAL	29.784.352,14	100,0%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA / SEGMENTO

■ RENDA FIXA ■ RENDA VARIÁVEL ■ INVESTIMENTO NO EXTERIOR

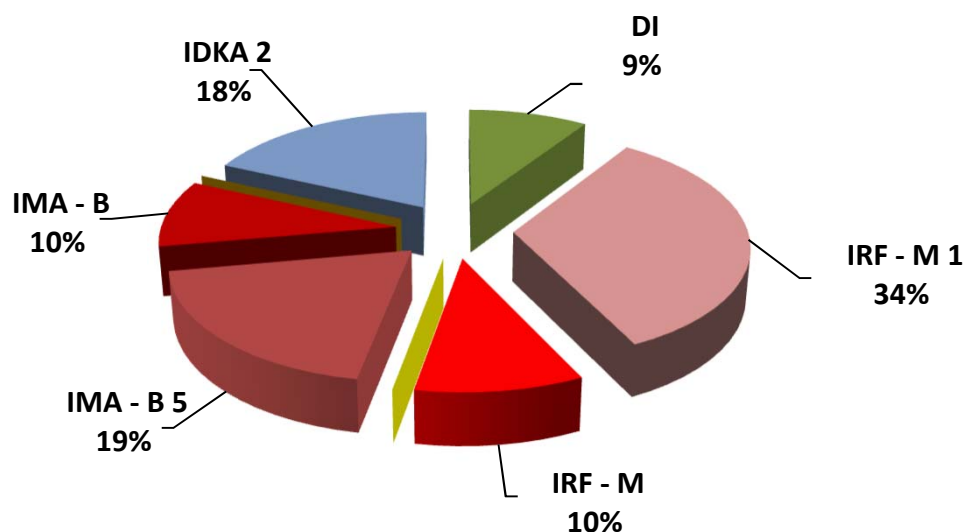


**OS VALORES ACIMA NAO CONSIDERAM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (CONTA CORRENTE).*

DISTRIBUIÇÃO POR ÍNDICE (Benchmark)

ÍNDICE (BENCHMARK)	VALOR APLICADO (em R\$)	Percentual sobre Patrimônio Líquido RPPS
Títulos Públicos Pré- Fixado	-	0,0%
Títulos Públicos Pós - Fixado (Selic)	-	0,0%
Títulos Públicos Indexados a Inflação	-	0,0%
DI	2.770.739,46	9,3%
IRF - M 1	9.984.377,60	33,5%
IRF - M	2.997.492,90	10,1%
IRF - M 1+	-	0,0%
IMA - B 5	5.749.878,48	19,3%
IMA - B	2.869.408,04	9,6%
IMA - B 5+	-	0,0%
IMA - GERAL	-	0,0%
IMA - GERAL EX - C	-	0,0%
IDKA 2	5.412.455,66	18,2%
IDKA 3	-	0,0%
IDKA 20	-	0,0%
IPCA + 6,00% a.a	-	0,0%
ÍNDICE 1	-	0,0%
ÍNDICE 2	-	0,0%
Multimercado	-	0,0%
IBOVESPA	-	0,0%
IBR - X	-	0,0%
TOTAL	29.784.352,14	100,0%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA / POR ÍNDICE

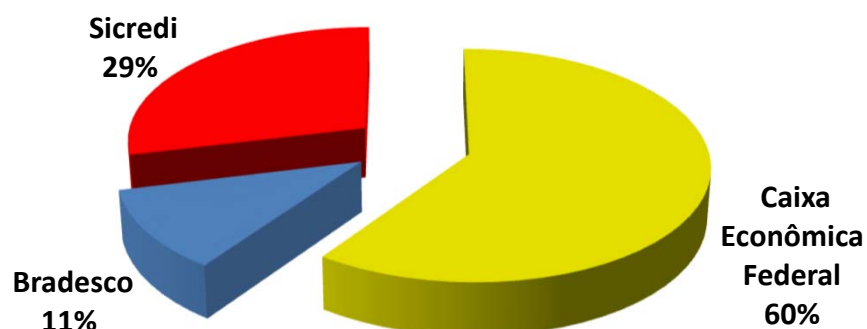


*OS VALORES ACIMA NAO CONSIDERAM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (CONTA CORRENTE).

DISTRIBUIÇÃO POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

SEGMENTO	VALOR APLICADO (em R\$)	Percentual sobre Patrimônio Líquido RPPS
Caixa Econômica Federal	17.816.504,57	59,8%
Bradesco	3.390.173,94	11,4%
Sicredi	8.577.673,63	28,8%
TOTAL	29.784.352,14	100,0%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA / POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

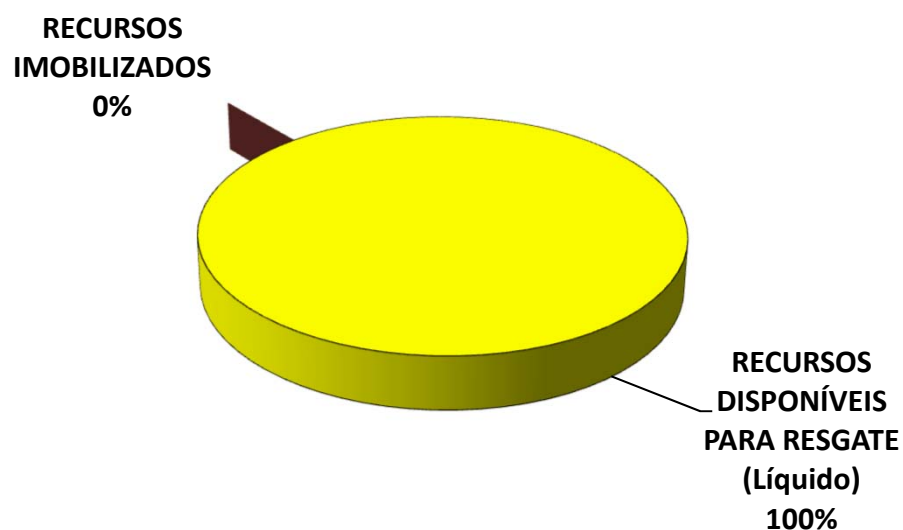


**OS VALORES ACIMA NÃO CONSIDERAM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (CONTA CORRENTE).*

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E IMOBILIZADO

SEGMENTO	VALOR APLICADO (em R\$)	Percentual sobre Patrimônio Líquido RPPS
RECURSOS DISPONÍVEIS PARA RESGATE (Líquido)	29.784.352,14	100,0%
RECURSOS IMOBILIZADOS	-	0,0%
TOTAL	29.784.352,14	100,0%

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA / POR LIQUIDEZ



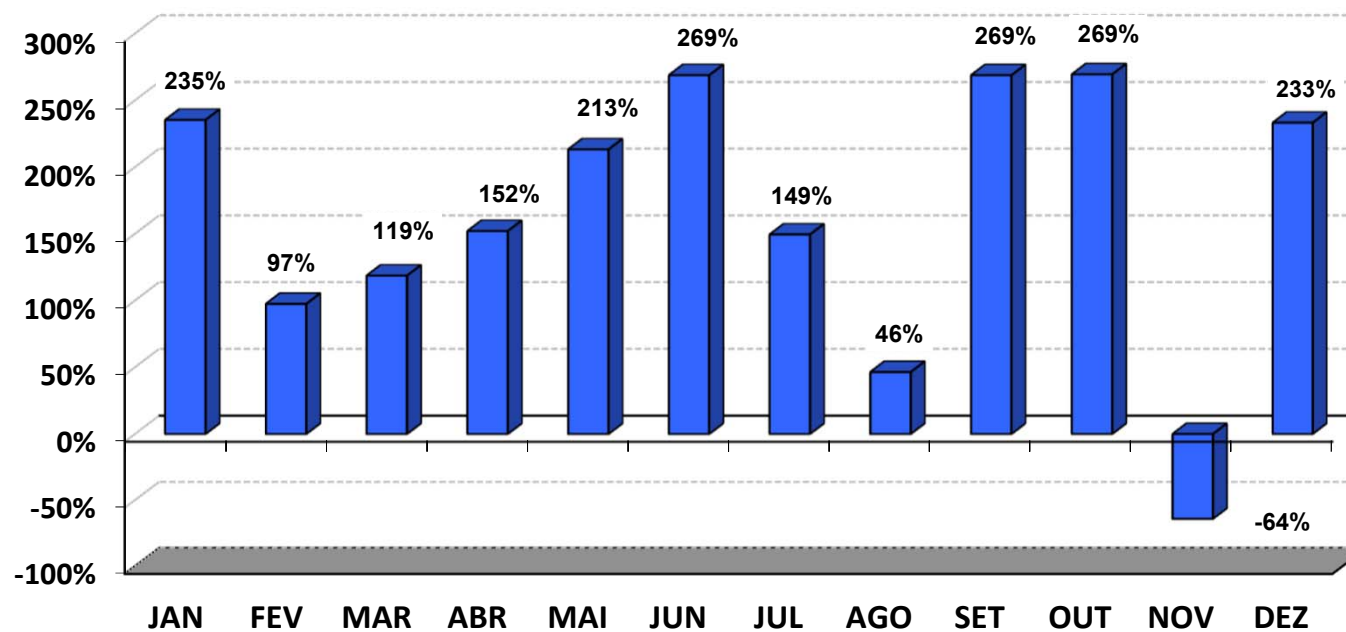
**OS VALORES ACIMA NÃO CONSIDERAM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (CONTA CORRENTE).*

6 – DESEMPENHO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO

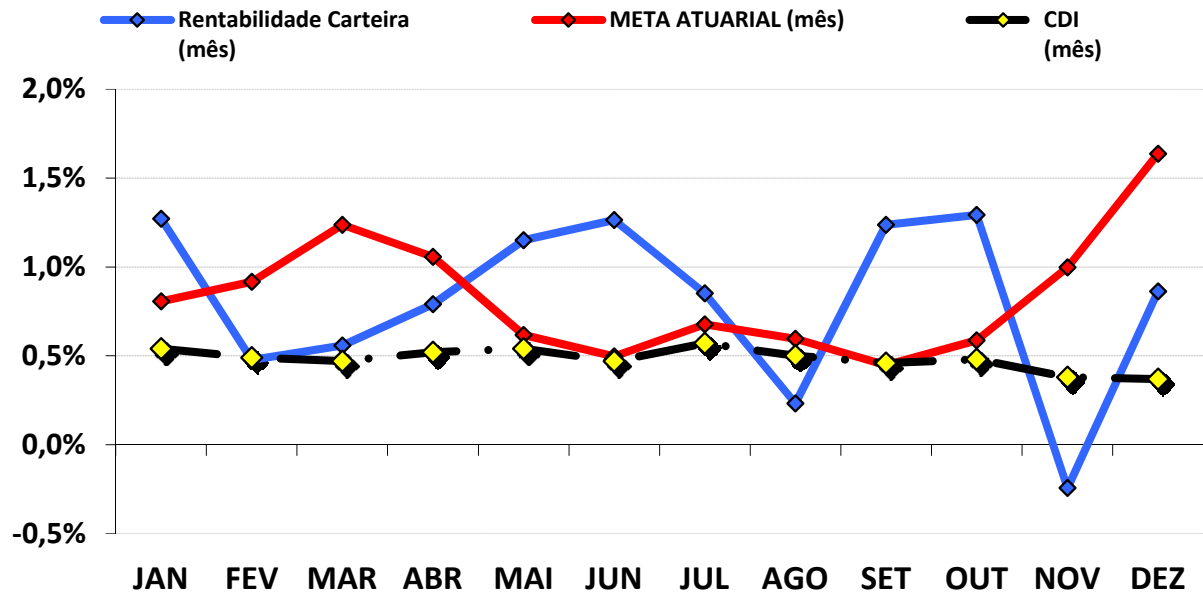
6.1 - Desempenho MENSAL da carteira de Investimento

MESES	VALORIZAÇÃO / DESVALORIZAÇÃO (TÍTULOS PÚBLICOS)	RENDIMENTO COM IMÓVEIS	RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	GANHO (RETORNO) DA CARTEIRA	PATRIMÔNIO FINAL	GANHO (RETORNO) DA CARTEIRA	META ATUARIAL	CDI
JANEIRO	-	-	323.454,61	323.454,61	25.927.131,95	1,27%	0,81%	0,54%
FEVEREIRO	-	-	123.760,36	123.760,36	26.215.892,31	0,48%	0,92%	0,49%
MARÇO	-	-	146.082,42	146.082,42	26.206.974,73	0,56%	1,24%	0,47%
ABRIL	-	-	207.031,65	207.031,65	26.867.006,38	0,79%	1,06%	0,52%
MAIO	-	-	309.138,74	309.138,74	27.296.145,12	1,15%	0,62%	0,54%
JUNHO	-	-	344.677,89	344.677,89	27.785.823,01	1,26%	0,50%	0,47%
JULHO	-	-	236.528,16	236.528,16	28.142.351,17	0,85%	0,68%	0,57%
AGOSTO	-	-	65.296,74	65.296,74	28.327.647,91	0,23%	0,60%	0,50%
SETEMBRO	-	-	350.088,35	350.088,35	28.502.736,26	1,24%	0,45%	0,46%
OUTUBRO	-	-	368.445,14	368.445,14	29.261.181,40	1,29%	0,59%	0,48%
NOVEMBRO	-	-	(71.270,97)	(71.270,97)	29.009.910,43	-0,24%	1,00%	0,38%
DEZEMBRO	-	-	250.170,92	250.170,92	29.800.081,35	0,86%	1,64%	0,37%

RENTABILIDADE DA CARTEIRA SOBRE O ÍNDICE CDI (Mês)

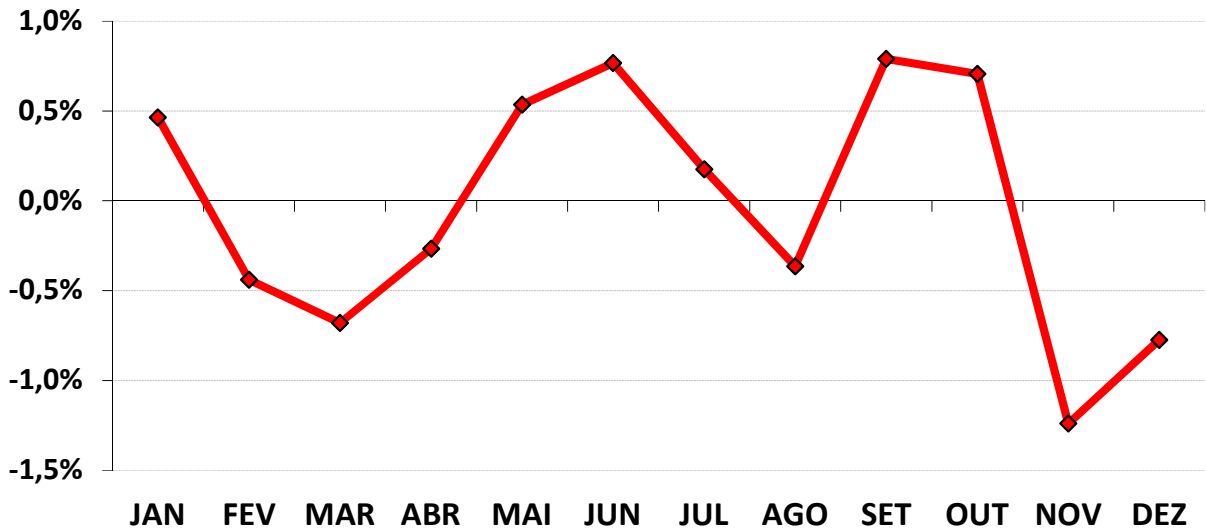


RENTABILIDADE DA CARTEIRA (mês) 2019



Conforme o gráfico do comportamento mensal da carteira podemos observar que a estratégia adotada pelo RPPS em 2019 vinha apresentando resultados satisfatórios, se descolando do CDI e conseguindo cumprir a Meta Atuarial ao longo do ano. A partir do 2º semestre, tivemos uma pequena retração nos meses de agosto e novembro, advindas de notícias do exterior, mais especificamente a guerra comercial entre Estados Unidos e China (agosto) e por conta da aprovação da reforma da previdência e de anúncios do Banco Central sobre a paralisação da redução da Taxa Selic (novembro), afetando o desempenho da carteira. Aliado a isso, o descontrole inflacionário ocorrido no 4º trimestre, elevou o IPCA, prejudicando o cumprimento da Meta Atuarial.

CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL (Mês) 2019



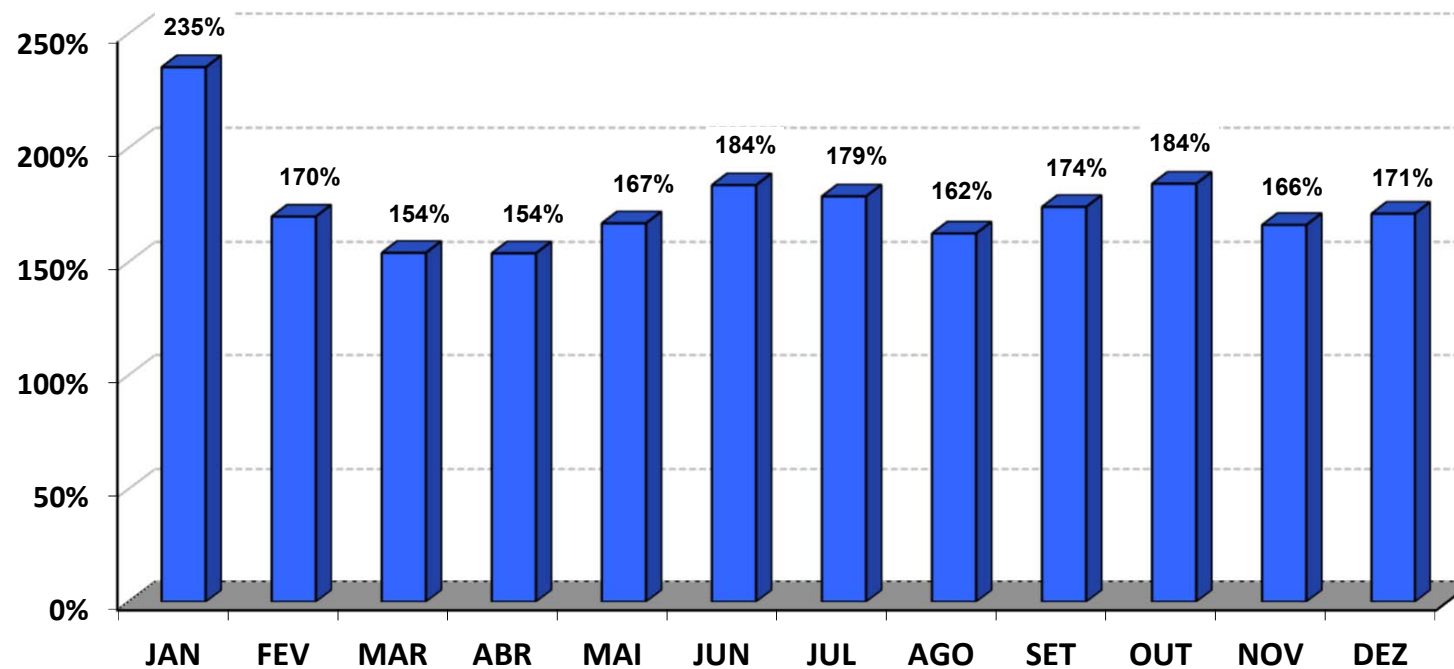
Podemos observar pelo gráfico acima, que em apenas 6 meses do ano, a carteira bateu ou ficou acima da Meta Atuarial.

Analisando o cumprimento da Meta Atuarial de forma mensal, o RPPS oscilou esse cumprimento, chegando a ficar distante por conta de -1,24% e conseguiu cumprir a Meta, ficando até um pouco acima da Meta Atuarial, por conta de 0,79%.

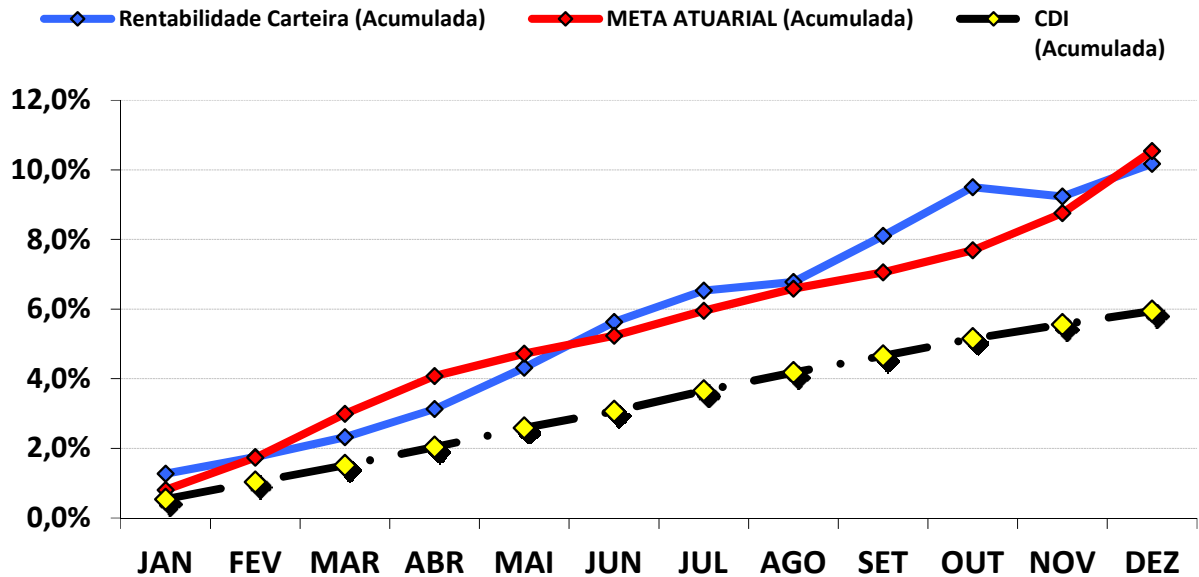
6.2 - Desempenho ACUMULADO DO ANO da carteira de Investimento

MESES	VALORIZAÇÃO / DESVALORIZAÇÃO (TÍTULOS PÚBLICOS)	RENDIMENTO COM IMÓVEIS	RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	GANHO (RETORNO) DA CARTEIRA	PATRIMÔNIO FINAL	GANHO (RETORNO) DA CARTEIRA	META ATUARIAL	CDI
JANEIRO			323.454,61	323.454,61	25.927.131,95	1,27%	0,81%	0,54%
FEVEREIRO			447.214,97	447.214,97	26.215.892,31	1,75%	1,73%	1,03%
MARÇO			593.297,39	593.297,39	26.206.974,73	2,32%	2,99%	1,51%
ABRIL			800.329,04	800.329,04	26.867.006,38	3,13%	4,08%	2,04%
MAIO			1.109.467,78	1.109.467,78	27.296.145,12	4,32%	4,72%	2,59%
JUNHO			1.454.145,67	1.454.145,67	27.785.823,01	5,64%	5,24%	3,07%
JULHO			1.690.673,83	1.690.673,83	28.142.351,17	6,54%	5,95%	3,66%
AGOSTO			1.755.970,57	1.755.970,57	28.327.647,91	6,78%	6,58%	4,17%
SETEMBRO			2.106.058,92	2.106.058,92	28.502.736,26	8,10%	7,06%	4,65%
OUTUBRO			2.474.504,06	2.474.504,06	29.261.181,40	9,50%	7,69%	5,16%
NOVEMBRO			2.403.233,09	2.403.233,09	29.009.910,43	9,23%	8,76%	5,56%
DEZEMBRO			2.653.404,01	2.653.404,01	29.800.081,35	10,18%	10,54%	5,95%

RENTABILIDADE DA CARTEIRA SOBRE O ÍNDICE CDI (Acumulado)



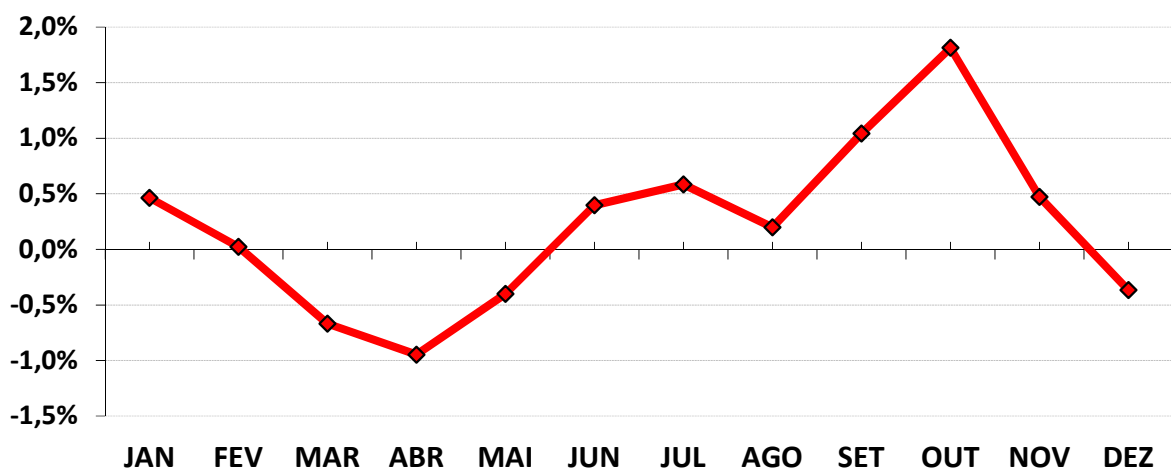
RENTABILIDADE DA CARTEIRA (Acumulada) 2019



A carteira de investimentos conseguiu uma rentabilidade de 10,18%, representando uma rentabilidade de 171,16%, sobre o índice de Benchmark CDI, que ficou em 5,95% no ano.

Como a Meta Atuarial ficou acima do nosso índice de Benchmark (CDI), a carteira de investimentos conseguiu uma rentabilidade de 96,54%, sobre a Meta Atuarial.

CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL (Acumulado) 2019



7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dispõe o **§1º, do art. 43 da LRF**, as disponibilidades de caixa dos Regimes Próprios, ficarão depositados em contas separadas das demais disponibilidades do Ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições e prudência financeira, seguindo a Resolução CMN 3.922/2010.

A Reavaliação Atuarial realizada neste ano foi elaborada, baseada na expectativa de que no ano subsequente, ocorra um aumento das Provisões Matemáticas Previdenciárias de Benefício a Conceder e Benefício Concedido no mínimo no valor da Meta Atuarial, desde que se mantenham as hipóteses estudadas e estabelecidas pelo Atuário.

7.1 - META ATUARIAL

Conforme consta nas Avaliações Atuariais e na Portaria 403/08, as reservas previdenciárias precisam ser capitalizadas no mercado financeiro, no intuito mínimo que essas Reservas, que retornarão ao Servidor em forma de Benefício no futuro, não percam seu poder de compra. O valor nominal de cada “real” contribuído este ano seja o mesmo para os anos posteriores. Esse mínimo, para mantermos o poder de compra dos recursos financeiros, chamamos de **META ATUARIAL**.

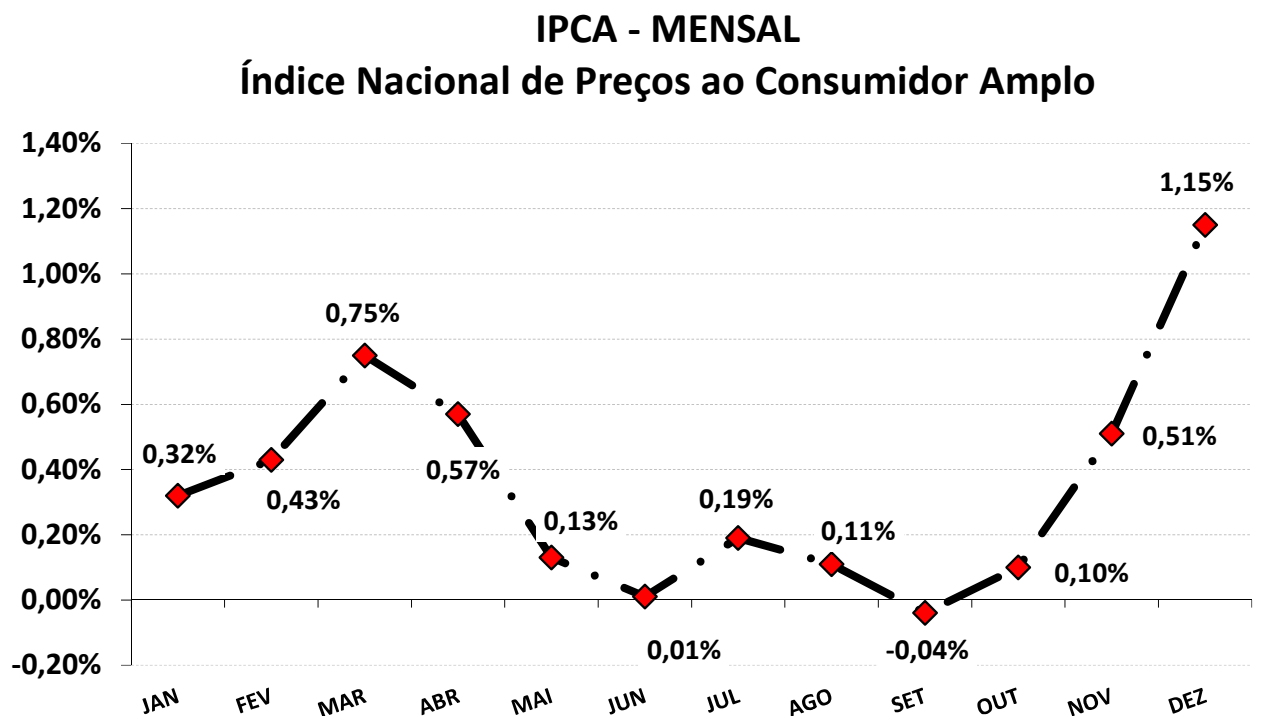
Então, as Reservas previdenciárias constituídas são capitalizadas e procuram alcançar a Meta Atuarial que é estabelecida pelo Atuário, no momento da realização do Cálculo Atuarial. A Portaria 403/08, no artigo 9, estabelece que as aplicações financeiras devam observar as hipóteses de uma taxa real de Juros máxima de 6% ao ano, ou seja, uma rentabilidade máxima de 6,00% a.a, acrescido de um índice Inflacionário, que no nosso caso é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Assim, a Meta Atuarial ao final de 2019 foi de 10,54% a.a., referente á acumulação da Inflação de 4,31% a.a. (IPCA) e mais 6,00% a.a. de rentabilidade.

7.2 - INFLAÇÃO

Utilizamos o IPCA como índice inflacionário para compor a Meta Atuarial, devido a Portaria 403/08 não definir qual o índice inflacionário á ser utilizado pelos Institutos Previdenciários. Com isso, utilizamos o IPCA por ser tratado pelo governo federal como o índice oficial de inflação do país.

A acumulação do IPCA registrou uma alta de 4,31% a.a. para 2019, segundo o IBGE.



Os grupos que causaram maior impacto no IPCA em 2019 foram os grupos ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS, TRANSPORTES e SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS, sendo ocasionado por fatores distintos de aceleração. Juntos, eles responderam por 66% do IPCA.

Já o grupo que apresentou a menor inflação no ano, foi o grupo ARTIGOS DE RESIDÊNCIA, cujo índice representou -0,23% do IPCA.

7.3 - RENTABILIDADE DA CARTEIRA

Conforme a tabela e o gráfico da rentabilidade Acumulada, a carteira de investimentos do RPPS rentabilizou no acumulado do ano, 10,18% a.a.

Essa rentabilidade de 10,18% a.a. da carteira de investimentos foi uma rentabilidade acima do que foi pago pelo mercado, se compararmos com o desempenho do indicador CDI, que obteve um rendimento de 5,95% a.a., acumulado no mesmo período. Com isso, a Carteira de investimentos alcançou uma rentabilidade de 171,16% do nosso índice de referência.

7.4 - ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

A busca de títulos de renda fixa com adequada relação **retorno-risco, com vencimentos que coincidam com os pagamentos futuros dos benefícios**, representa um dos grandes desafios da gestão da carteira de investimentos.

A tarefa mais árdua para um administrador de um **Plano de Benefício Definido (BD)**, **que é o caso dos RPPS** é a gestão de seus ativos. Sabemos bem que retornos abaixo do esperado, no longo prazo, irão significar aumento de contribuição da parte patronal, já que o benefício está previamente definido.

Para atender a essas necessidades consultores, atuários e profissionais de investimentos desenvolveram uma série de estudos, que culminou no modelo hoje denominado por muitos de "**Asset Liability Management**" (ALM).

Os modelos de **ALM** buscam um casamento entre **os ativos e os passivos futuros**, ou seja, **o casamento de fluxos de caixa futuro**, no intuito de obter investimentos que acompanhem o fluxo projetado para o passivo e que sua estratégia de investimento não cause prejuízo e a permanência das posições aplicadas não coincidam com a necessidade de caixa do instituto para os próximos anos.

Esse tipo de análise é importante para estratégias de investimentos á longo prazo, como *Fundo de Ações, Fundos Multimercados, aplicações em Títulos Públicos, investimentos de condomínio fechado ou que possuam prazos de carência ou até mesmo para os fundos de investimento atrelados á subíndices Anbima.*

O mercado de renda variável possui um alto nível de **risco**, mas em compensação, quanto **maior** o risco de suas aplicações, **maior** a chance de rentabilidades excelentes. Os analistas de mercado financeiro aconselham aos investidores desse tipo de aplicação, estabelecer longos prazos para esse tipo de segmento. Segundo o Prof. Dr. Mauro Halfeld, o

mais aconselhável aos **POUPADORES**, para aplicar seus recursos financeiros em renda variável é estabelecer prazos de no mínimo **5 anos**. A História nos mostra, que aqueles que aplicam em renda variável traçando longos prazos, possuem mais chances de substanciais rentabilidades, devido possuírem mais períodos **positivos** do que **períodos negativos** de rentabilidade.

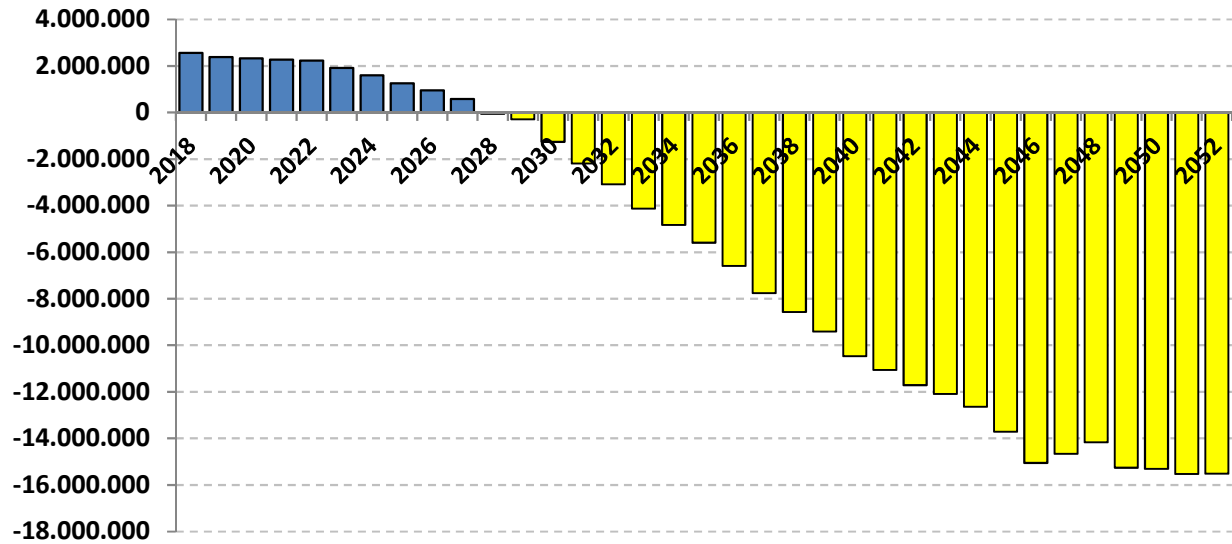
Para considerarmos a questão da segurança e liquidez nas aplicações como determina a Resolução CMN 3.922/10, os Investimentos considerados de Longo Prazo, realizados a partir de 2019, não pode coincidir com um fluxo de caixa negativo do RPPS, nos próximos 5 anos. Um fluxo de caixa negativo do RPPS antes do ano de 2024 obrigará o RPPS a vender sua posição antes da data pré-estabelecida e o risco de absorvemos um retorno menor ou até mesmo prejuízo, torna-se maior, devido à necessidade de caixa e do pagamento de benefícios.

Conforme o estudo de Duration do Fluxo de Caixa realizado sobre a Avaliação Atuarial de 2018, a partir do ano de 2028, o RPPS possuirá um fluxo de caixa negativo, o que obrigará o RPPS a consumir os recursos financeiros poupados, para o pagamento de benefícios. Conforme descrito na Projeção Atuarial de 2018, esse estudo foi o mais conservador possível, pois não levou em consideração, a entrada de novos servidores concursados.

Diante da Análise realizada, as aplicações em investimentos que requerem esse tipo de estudo precisam buscar horizontes de no máximo 10 anos, para não coincidirem com o fluxo de pagamento de benefícios.

Duration do fluxo de caixa do RPPS

(Instante em que o RPPS passará a consumir os recursos poupados)



7.5 - CONCLUSÃO

Para manter o poder de compra das Reservas Matemáticas Previdenciárias de Benefício, observou-se que o RPPS necessitava de uma rentabilidade mínima de 10,54% a.a., referente à Meta Atuarial e infelizmente, essa meta não foi alcançada em 2019.

Conforme descrito no item “6.3 Rentabilidade Acumulada da Carteira”, observou-se que a carteira de investimentos conseguiu uma rentabilidade de 10,18% a.a., contra 5,95% a.a. do Índice CDI.

Em valores monetários, a carteira de investimentos conseguiu, de Janeiro à Dezembro de 2019, uma rentabilidade de suas Reservas Previdenciárias de R\$ 2.653.404,01, enquanto que a necessidade da Meta Atuarial, era de que as Reservas Previdenciárias rentabilizassem no mínimo, R\$ 2.760.325,13, referente a Meta Atuarial.

Portanto, houve uma redução nominal das Reservas Previdenciárias em -0,36%. Ou seja, dos R\$ 29.800.081,35 do patrimônio líquido ao final do ano, nominalmente, esses ativos líquidos possuem um valor de R\$ 29.693.160,23, devido R\$ (106.921,12) ser referente à diferença entre a rentabilidade alcançada e a necessidade da Meta Atuarial.

Essa diferença de R\$ (-106.921,12), terá um impacto de aumento do Déficit Atuarial e sobre as alíquotas de contribuição do ano seguinte, já que as Reavaliações Atuariais buscam o reequilíbrio do plano entre RECEITAS e DESPESAS, caso haja algum desajuste (como o não cumprimento da Meta Atuarial).

Em 2020, caso não haja nenhuma mudança significativa da massa, provavelmente teremos elevação das alíquotas, para a manutenção do poder de compra do patrimônio líquido do Instituto Previdenciário, referente à rentabilidade não alcançada.

O RPPS vinha cumprindo a Meta Atuarial devido ao fato da carteira de investimento possuir uma excelente diversificação, equilibrando bem os índices ANBIMA, priorizando mais os índices moderados como IMA - B 5 e IDKA 2.

Mas o fato primordial para o não cumprimento da Meta Atuarial foi a oscilação apresentada nos meses de agosto e novembro, além do descontrole inflacionário do 4º trimestre que elevou bastante o IPCA impactando na Meta Atuarial.

Se levarmos em consideração o rendimento médio da poupança de 0,348% a.m em 2019, e considerarmos a média do IPCA, no mesmo período, em 0,353% a.m., observaremos que é uma Inflação bastante elevada.

Diante da análise dos investimentos, verificamos presente em todas as aplicações financeiras, as condições de **segurança, rentabilidade, solvência e transparência**, conforme exige a Resolução CMN 3.922/2010.

É a análise.



Igor França Garcia
Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA
Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



Fundo Municipal de Previdência Social dos
Servidores do Município de Paranaíta-MT
CNPJ 03.222.709/0001-20



Paranaíta - MT 12 de Novembro de 2019.

Ofício n.º 069/2019 – PREVPAR

Ao
CARTÓRIO CUNHA
2º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS

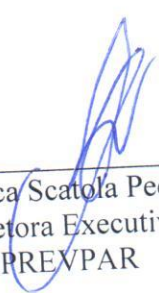
Prezados,

No intuito de melhorar o funcionamento das atividades deste Fundo de Previdência, com o objetivo de implementar rotinas e procedimentos visando a otimização do controle na folha de pagamentos, vimos através deste solicitar a este Cartório de 2º Ofício que nos disponibilize Relatório de Óbitos atualizado do acervo referente ao município de Paranaíta/MT. Na oportunidade, solicitamos ainda, que se possível, nos encaminhem mensalmente Relatório de Óbitos extraído em sistema de consulta Nacional, pois o RPPS não dispõe de sistemas que nos permitam realizar as referidas consultas. Ressaltamos, que tais informações irão colaborar diretamente com a melhoria na administração de recursos Públicos e aliadas a prática da realização de Prova de Vida Anual, serão de grande importância para maior eficiência no controle da folha de pagamentos.

Segue em anexo, relação de Aposentados e Pensionistas deste Instituto.

Sendo o que se apresenta para o momento, desde já agradecemos a disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,



Angélica Scatola Pedrosa
Diretora Executiva
PREVPAR

Rua Alceu Rossi s/nº - Centro - CEP 78590-000 - Paranaíta/MT - Fone (66) 3563-2716

Recebido em
13/11/2019

Daniela Ferreira Guev
Escrevente Juramentada



*Fundo Municipal de Previdência Social dos
Servidores do Município de Paranaíta-MT*



*Fundo Municipal de Previdência Social dos
Servidores do Município de Paranaíta-MT*



PORTARIA Nº 098/2019

“Dispõe sobre o Recadastramento e Prova de Vida dos servidores Aposentados e Pensionistas do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Paranaíta.”

A Diretora Executiva do **PREVPAR** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da **Lei complementar Municipal nº 002/2005, de 01 de junho de 2005**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º - Realizar o Recadastramento e a Prova de Vida, anualmente, NO MÊS DE ANIVERSÁRIO DO SERVIDOR aposentado ou do pensionista, na sala do PREVPAR localizado na Rua Alceu Rossi, Centro, Paranaíta/MT, de segunda a sexta-feira no Período Matutino.

Art. 2º - O recadastramento e a prova de vida dos aposentados e pensionistas será realizada a partir do mês de janeiro de 2020 e será de forma PRESENCIAL, com o comparecimento do aposentado ou pensionista..

Art. 3º - O aposentado ou pensionista menor ou incapaz deverá realizar o recadastramento e a prova de vida acompanhado pelo representante legal com documento original da tutela ou termo de guarda, documento de identidade oficial do representante legal.



*Fundo Municipal de Previdência Social dos
Servidores do Município de Paranaíta-MT*



Art. 4º - Para realização do recadastramento e da prova de vida o servidor aposentado ou pensionista deverá apresentar a documentação abaixo indicada:

Obrigatórios: documento de identificação com foto (Carteira de Identidade ou Carteira de Habilitação ou Carteira Profissional com validade em todo o território nacional e emitida por órgão de regulamentação profissional) CPF, comprovante de residência atualizado, datado entre os últimos três meses (conta de água, luz ou telefone), ou na falta deste, declaração de residência, PASEP/PIS/NIT, título de eleitor, certidão de casamento ou Declaração de União Estável, CPF e certidão de nascimento dos dependentes;

Os documentos relacionados deverão ser originais ou cópias autenticadas em cartório.

Art. 5º - Os aposentados e pensionistas não residentes no Município de Paranaíta-MT deverão entrar em contato com o Instituto (PREVPAR) através do telefone (66) 3563-2716 ou email: prevpar.pta@outlook.com, e solicitar o Formulário para preenchimento, assinatura, reconhecimento de firma e despacho via correios juntamente com as cópias autenticadas dos documentos obrigatórios descritos acima.

Art. 6º - O responsável pelo aposentado ou pensionista que se encontrar internado em Unidade Hospitalar no mês da realização da Prova de Vida e Recadastramento deverá apresentar ao PREVPAR declaração/laudo do médico atestando a internação do paciente naquela data.

Parágrafo único. Nesses casos o prazo para realização do recadastramento e da prova de vida será postergada para 30 (trinta) dias após o recebimento da alta do beneficiário.

Art. 7º - Os servidores aposentados e pensionistas que não realizarem o recadastramento e a prova de vida no prazo estabelecido nesta Portaria terão o Pagamento de seu Benefício SUSPENDIDOS até que haja a regularização.

§1º Na hipótese prevista no caput, o restabelecimento do pagamento dependerá do comparecimento do servidor aposentado e pensionista para a realização do recadastramento e da prova de vida. § 2º O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha de pagamento imediatamente posterior a ocorrência do recadastramento, assim como deverá ser incluso nessa folha o pagamento da diferença suspensa.



*Fundo Municipal de Previdência Social dos
Servidores do Município de Paranaíta-MT*



Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Paranaíta-MT, 05 de Dezembro de 2019.

*Angélica Scatola Pedroso
Diretora Executiva
PREVPAR*